

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Bruna Gabrielle Santos Gonçalves Oliveira

**ANÁLISE DOS EFEITOS DE EXPANSÃO E CRISE ECONÔMICA SOBRE OS
DIFERENCIAIS DE RENDA POR GÊNERO NO BRASIL VIA REGRESSÃO
QUANTÍLICA**

Sorocaba - SP

2023

Bruna Gabrielle Santos Gonçalves Oliveira

**ANÁLISE DOS EFEITOS DE EXPANSÃO E CRISE ECONÔMICA SOBRE OS
DIFERENCIAIS DE RENDA POR GÊNERO NO BRASIL VIA REGRESSÃO
QUANTÍLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Adelson Martins Figueiredo

Sorocaba - SP

2023

Oliveira, Bruna Gabrielle Santos Gonçalves

Análise dos efeitos de expansão e crise econômica sobre os diferenciais de renda por gênero no Brasil via regressão quantílica / Bruna Gabrielle Santos Gonçalves Oliveira -- 2023.
79f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Dr. Adelson Martins Figueiredo
Banca Examinadora: Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues, Dra. Mariangela Furlan Antigo
Bibliografia

1. Desigualdade de renda entre gêneros no mercado de trabalho. 2. Regressão Quantílica utilizando a equação Minceriana e dados da PNAD. 3. Políticas públicas. I. Oliveira, Bruna Gabrielle Santos Gonçalves. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Bruna Gabrielle Santos Gonçalves Oliveira

**ANÁLISE DOS EFEITOS DE EXPANSÃO E CRISE ECONÔMICA SOBRE OS
DIFERENCIAIS DE RENDA POR GÊNERO NO BRASIL VIA REGRESSÃO
QUANTÍLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia para obtenção
do título de Mestre em Economia

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia para obtenção
do título de mestre em Economia, Área de Concentração: Economia Aplicada.
25 de maio de 2023.**

Orientador:

Prof. Dr. Adelson Martins Figueiredo

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Sorocaba – SP.

Examinadores:

Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Sorocaba – SP.

Prof. Dr^a. Mariangela Furlan Antigo

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte – MG.

Dedico este trabalho a minha avó Maria Helena (*in memoriam*) e a minha mãe Jaqueline, por serem, para mim, fontes de inspiração.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Deus, por me manter firme no meu propósito de concluir essa etapa da minha vida. Essa foi uma etapa importante de autoconhecimento e aprendizados que formaram a pesquisadora e profissional que eu sou hoje. À minha família pelo suporte e paciência. Ao Prof. Dr. Adelson Martins pela orientação durante o mestrado. Aos amigos que me apoiaram: Camila L., Bruna M., Bianca M, Letícia M. Pelo apoio financeiro, agradeço à CAPES. Pelos conhecimentos adquiridos no programa, agradeço a todo PPGEc- SO.

“Quem come do fruto do conhecimento, é sempre expulso de algum paraíso.”

Melanie Klein

RESUMO

Este estudo investiga as desigualdades salariais entre homens e mulheres no Brasil, levando em consideração variáveis como raça, região, posição na ocupação, grupo ocupacional, horas trabalhadas, idade e nível de escolaridade. O objetivo é compreender as persistentes diferenças de renda no mercado de trabalho e contribuir para a formulação de políticas públicas mais alinhadas à realidade brasileira. A análise parte da hipótese de que períodos de crise econômica agravam essas desigualdades. Para tanto, o estudo abrange três momentos distintos: um ano de expansão econômica (2007), o início da crise brasileira contemporânea (2015) e um ano marcado pela intensificação da crise devido à pandemia (2021). Os dados utilizados provêm da PNAD (2007, 2015) e da PNADc (2021). Diferentemente de outros trabalhos sobre o tema, as estimativas foram realizadas por meio de Regressão Quantílica, fundamentada na equação Minceriana. Esse método permite avaliar os retornos ao trabalho em diversos pontos da distribuição de renda, e não apenas na média. Os resultados indicam que há desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres, assim como dentro de cada grupo, além disso, é possível observar que as desigualdades se aprofundam em momentos de crise econômica.

Palavras-chave: mercado de trabalho; desigualdade entre gêneros; regressão quantílica; políticas públicas; PNAD.

ABSTRACT

This study investigates wage inequalities between men and women in Brazil, considering variables such as race, region, job position, occupational group, hours worked, age, and educational level. The objective is to understand the persistent income disparities in the labor market and contribute to the formulation of public policies more aligned with Brazilian realities. The analysis is based on the hypothesis that economic crises exacerbate these inequalities. To this end, the study examines three distinct periods: a year of economic expansion (2007), the beginning of Brazil's contemporary economic crisis (2015), and a year marked by the intensification of the crisis due to the pandemic (2021). The data used were drawn from PNAD (2007, 2015) and PNADc (2021). Unlike other studies on the subject, the estimates were conducted using Quantile Regression, based on the Mincerian equation. This method allows for the evaluation of labor returns at various points of the income distribution, not just the average. The results indicate significant wage disparities between men and women, as well as within each group. Additionally, it was possible to conclude that these income gaps increase during periods of economic crisis.

Keyword: Brazilian labor market; gender inequality; quantile regression; public policies; PNAD data.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Histograma da renda dos brasileiros em 2015	42
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação do PIB brasileiro entre 2004 até 2020 (%)	18
Gráfico 2 - Valor médio anual da utilização da capacidade industrial instalada no Brasil entre 2004 e 2020 (%)	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo do subcapítulo Breve Caracterização da Economia Brasileira entre 2004 e 2020 e o Impacto da Crise para as Mulheres segundo a Literatura	27
Tabela 2 – Resumo do subcapítulo Conceito de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Penalidade à Maternidade	32
Tabela 3 – Resumo do subcapítulo Mudanças Sociais, Inserção Feminina no Mercado de Trabalho e Desigualdades Persistentes	38
Tabela 4 – Variáveis utilizadas no modelo e fontes de dados	45
Tabela 5 – Número de observações de homens e mulheres em cada ano	48
Tabela 6 – Tipos de variáveis selecionadas para 2007 e 2015	49
Tabela 7 – Tipos de variáveis selecionadas para 2021	50
Tabela 8 – Resultado Mínimos Quadrados Ordinários (2007 e 2015)	51
Tabela 9 – Resultado Mínimos Quadrados Ordinários (2021)	53
Tabela 10 – Resultados das variáveis numéricas da Regressão Quantílica em 2007 e 2015 ...	55
Tabela 11 – Resultados das variáveis numéricas da Regressão Quantílica em 2021	56
Tabela 12 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Raça	58
Tabela 13 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Região	59
Tabela 14 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Ocupação	61
Tabela 15 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Grupo Ocupacional de 2007 e 2015	63
Tabela 16 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Grupo Ocupacional de 2021 .	64
Tabela 17 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Educação	66
Tabela 18 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Horas Trabalhadas de 2007 e 2015	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CENSO – Conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PFT – Postos Formais de Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa básica de juros na economia)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	17
3 REVISÃO DA LITERATURA	18
3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 2004 E 2020 E O IMPACTO DA CRISE PARA AS MULHERES SEGUNDO A LITERATURA	18
3.2 CONCEITO DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PENALIDADE À MATERNIDADE	28
3.3 MUDANÇAS SOCIAIS, INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADES PERSISTENTES	35
4 METODOLOGIA.....	41
4.1 DESCRIÇÃO DO MODELO DE MINCER E APLICAÇÃO: DETALHAMENTO METODOLÓGICO	41
4.2 BASE DE DADOS	44
4.4 MODELO	45
4.5 ESTIMAÇÃO COM REGRESSÃO QUANTÍLICA.....	46
5. RESULTADOS	48
5.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR (MQO)	51
5.1. RESULTADOS DA REGRESSÃO QUANTÍLICA por variável numérica.....	55
5.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO QUANTÍLICA por variável categórica	57
5.1.1 RAÇA	57
5.1.2 REGIÃO	59
5.1.3 OCUPAÇÃO	60
5.1.4 GRUPO OCUPACIONAL	62
5.1.5 EDUCAÇÃO	65
5.1.6 HORAS TRABALHADAS	67
6. CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro constitui um dos principais desafios socioeconômicos do país, impactando diretamente a estrutura produtiva, a dinâmica social e o desenvolvimento sustentável. Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, como o maior acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, as diferenças nas condições de empregos, salários e oportunidades persistem. No contexto nacional, o tema revela-se especialmente relevante devido aos altos índices de desigualdade de renda, à concentração da mão de obra feminina em determinados setores e ao efeito das crises econômicas, que acentuam a vulnerabilidade das mulheres.

No cenário internacional, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável destaca a necessidade de promover a igualdade salarial e oportunidades iguais para todos os gêneros, a fim de reduzir a pobreza e construir sociedades mais justas. No Brasil, mesmo com avanços institucionais e normativos, as mulheres continuam enfrentando barreiras estruturais, como salários menores, acesso restrito a cargos de liderança e penalidades associadas à maternidade e à dupla jornada (GIUBERT; MENEZES FILHO, 2005; CAVALIERI; FERNANDES, 1998; BARROS et al., 1995; KON, 2007, 2013). Essas disparidades não são plenamente justificadas por fatores de produtividade, indicando a ocorrência de discriminação de gênero.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as desigualdades salariais entre homens e mulheres em diferentes pontos da distribuição de renda, considerando períodos de crescimento econômico (2007), o início da crise (2015) e o agravamento da recessão a partir da pandemia de COVID-19 (2021). Para tanto, utiliza-se o método de Regressão Quantílica, baseado na Equação Minceriana de Renda, possibilitando uma avaliação detalhada de fatores como idade, escolaridade, raça, grupo ocupacional, posição na ocupação, número de horas trabalhadas e região. A base de dados utilizada é composta pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e pela PNAD Contínua, proporcionando uma análise representativa.

A relevância acadêmica deste estudo reside em ultrapassar as limitações das análises baseadas em médias, permitindo a compreensão das diferenças salariais em distintos níveis de renda, especialmente em um país marcado por grande heterogeneidade socioeconômica. O uso de métodos estatísticos avançados, como a regressão quantílica, aprofunda o entendimento sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, enriquecendo o debate teórico e prático. Do ponto de vista social, os resultados obtidos podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, voltadas tanto à redução das disparidades salariais quanto ao combate à segregação e à discriminação presentes no trabalho.

Dessa forma, o presente estudo justifica-se pela atualidade e relevância do tema, bem como pelo potencial de contribuir para políticas sociais e econômicas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. Ao evidenciar que as desigualdades salariais persistem, e por vezes se acentuam em períodos de crise, mesmo após controlar fatores individuais e produtivos, evidencia-se a necessidade de ações estruturais para alcançar uma sociedade mais justa. A pesquisa contribui, assim, para a compreensão e o enfrentamento da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro, destinando-se a estudantes, acadêmicos e formuladores de políticas públicas.

A dissertação está estruturada em capítulos que se complementam na análise da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. No Capítulo 2, são apresentados os objetivos gerais e específicos, detalhando o foco na análise dos diferenciais salariais por gênero em distintos pontos da distribuição de renda, especialmente nos períodos de crescimento econômico (2007) e crise (2015 e 2021). O Capítulo 3 traz a revisão de literatura, incluindo uma breve caracterização da economia brasileira entre 2004 e 2020, além de discutir o impacto da crise econômica sobre as mulheres e os principais debates teóricos sobre desigualdade de gênero.

No Capítulo 4, é exposta a metodologia adotada, com destaque para o uso da Regressão Quantílica baseada na Equação Minceriana de Renda, e são descritos os dados utilizados, oriundos da PNAD e PNAD Contínua. O Capítulo 5 apresenta os resultados empíricos, evidenciando como os diferenciais salariais se comportam ao longo da distribuição de renda e como se intensificam em períodos de crise. Por fim, o Capítulo 6 discute os principais resultados e suas implicações para o debate acadêmico e a formulação de políticas públicas.

O estudo confirma que as desigualdades salariais entre homens e mulheres persistem e tendem a se acentuar em contextos de crise, mesmo após o controle de fatores individuais e produtivos. Ressalta-se a necessidade de políticas estruturais voltadas à promoção da igualdade de gênero, à diminuição das disparidades salariais e ao combate à segregação e discriminação no mercado de trabalho. As evidências apresentadas contribuem para o desenvolvimento de estratégias eficazes, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa conforme prevista na Constituição de 1988.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades salariais por gênero em diferentes pontos da distribuição de renda no Brasil. Considerando a elevada desigualdade de renda observada no país, estimativas baseadas em médias não representam de forma adequada a realidade, o que reforça a necessidade de uma análise aprofundada. A compreensão das disparidades salariais entre homens e mulheres, especialmente em períodos de crise e de crescimento econômico, proporciona novas evidências à literatura referente ao mercado de trabalho feminino, além de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Para a realização da análise, será empregado o método de Regressão Quantílica, fundamentado na Equação Minceriana de Renda. Esse enfoque permite obter resultados mais detalhados e robustos em comparação ao método dos Mínimos Quadrados Ordinários, frequentemente utilizado em pesquisas sobre o tema.

Os objetivos específicos do estudo são:

- a) Analisar se a crise econômica dos anos de 2015 e 2021 acentuou os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres, em comparação ao ano de 2007, considerado um período de crescimento econômico, levando em consideração as variáveis explicativas da Equação Minceriana proposta neste estudo;
- b) Investigar, por meio do método proposto, se os diferenciais de rendimento são maiores nos extremos superiores ou inferiores da distribuição de renda.

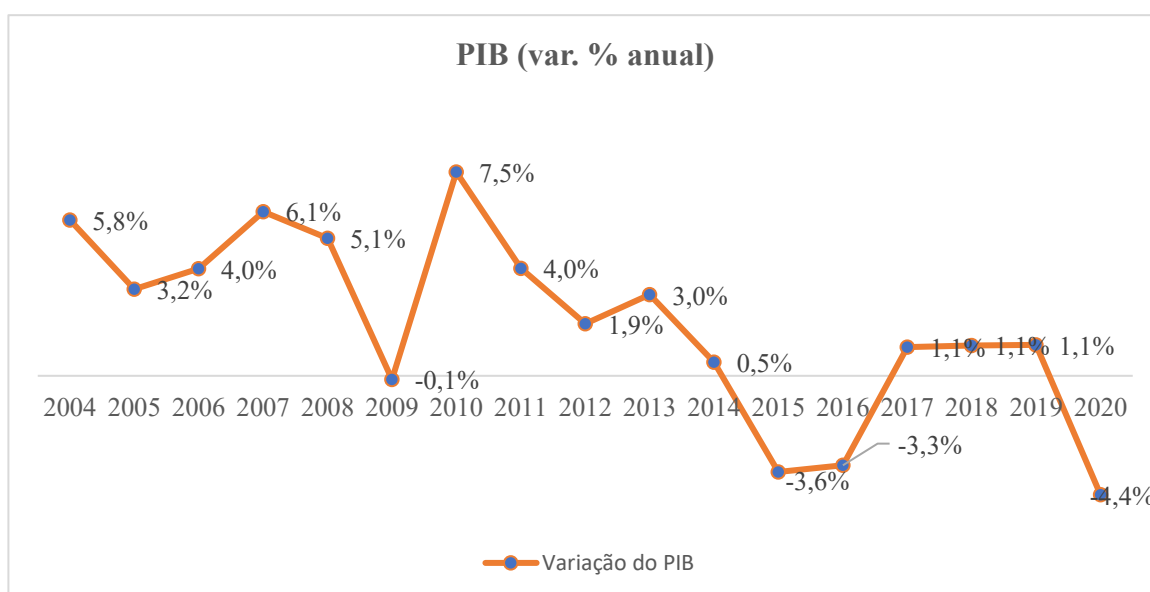
3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 2004 E 2020 E O IMPACTO DA CRISE PARA AS MULHERES SEGUNDO A LITERATURA

Considerando o objetivo deste trabalho, que consiste em analisar os diferenciais de renda entre homens e mulheres durante o período de crescimento econômico (2007) e nos anos de 2015 e 2021, parte-se da hipótese de que períodos de crise econômica tendem a acentuar tais diferenciais. Torna-se, portanto, imprescindível compreender tanto os fatores que contribuíram para o crescimento observado em 2007 quanto os elementos que desencadearam o cenário de crise econômica a partir de 2015, agravado pela crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 a partir de 2020. Para tal compreensão, apresenta-se uma breve análise da economia brasileira entre 2004 e 2020, abrangendo variáveis como Produto Interno Bruto (PIB), taxa de desemprego e demais indicadores macroeconômicos.

No intervalo de sete anos, entre 2004 e 2011, a economia brasileira passou de um contexto de crescimento acima da média, acompanhado pela geração de empregos formais e redução das desigualdades, para uma crise econômica de grandes proporções (CARVALHO, 2018). Conforme demonstrado no Gráfico 1, entre 2004 e 2011 o país vivenciou um acelerado crescimento econômico, impulsionado principalmente pelo ciclo de alta das commodities. Entretanto, a partir de 2014, o PIB cresceu apenas 0,5%, seguido de uma queda acentuada em 2015, marcando o início da crise econômica vigente.

Gráfico 3 – Variação do PIB brasileiro entre 2004 até 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE. Dados disponíveis em SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no site do Banco Central.

Conforme o Gráfico 1, observa-se que, entre 2004 e 2008, a economia brasileira apresentou uma acentuada taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com média anual de 4,2%. A partir de 2009, verifica-se uma desaceleração econômica, influenciada pela crise financeira internacional de 2008, embora tenha ocorrido um elevado crescimento em 2010, caracterizado pela recuperação pós-recessão. Nos anos de 2015 e 2016, as taxas de variação do PIB foram negativas, evidenciando um período de recessão no Brasil. De acordo com Horta et al. (2018), a perda acumulada foi de 7% para o PIB e de 8% para o PIB per capita. Ademais, constata-se que o crescimento do PIB foi aproximadamente de 1% nos anos de 2017, 2018 e 2019, indicando a saída da recessão de 2015-2016 e o ingresso em um período de estagnação econômica, seguido de uma queda abrupta em 2020, quando se iniciou a crise sanitária.

Segundo Horta et al. (2018), o período de crescimento do PIB foi influenciado pelo ambiente externo, especialmente pela demanda chinesa por commodities, que impulsionou o aumento dos preços desses produtos e favoreceu países exportadores, como o Brasil. Consequentemente, houve elevação do emprego formal e redução da taxa de desemprego, que passou de 10,2% em 2002 para 8,1% em 2008. As variáveis do tripé macroeconômico também apresentaram resultados positivos: o superávit primário médio representou 3,4% do PIB entre 2003 e 2008, e os indicadores de endividamento sofreram redução, inclusive a dívida indexada ao câmbio. O cenário macroeconômico favorável, impulsionado pelo mercado externo, foi complementado pela expansão do crédito, cujo volume em relação ao PIB aumentou de 25,8% em 2002 para 39,7% em 2008.

De acordo com Carvalho (2018), a partir de 2005, além do crescimento das exportações, destacaram-se o consumo das famílias e os investimentos no contexto positivo da economia brasileira. Assim, o período de crescimento econômico brasileiro nos anos 2000 foi marcado por políticas de redistribuição de renda, ampliação do acesso ao crédito e incremento dos investimentos públicos em infraestrutura.

O processo de redução das desigualdades durante o período de expansão econômica resultou, em parte, das políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Estudos como Hoffman (2006), Barros et al. (2007) e Soares et al. (2010) apontam que cerca de 10% a 13% da redução do índice de Gini foi atribuída ao Bolsa Família. A diminuição das desigualdades também decorreu da valorização do salário mínimo. Komatsu (2013) destaca que, entre 2007 e 2011, 68,6% da redução da desigualdade salarial entre homens, medida pelo índice de Gini, foi resultado da política de aumento do salário mínimo. Essas mudanças

permitiram que produtos e serviços anteriormente restritos às classes de maior renda passassem a ser acessíveis também à população de menor renda.

Além desses fatores, segundo Carvalho (2018), o acesso ao crédito aumentou o consumo e reduziu as desigualdades. O saldo acumulado das operações de crédito, que representava 25,5% do PIB em Janeiro de 2002, elevou-se para 49,2% em Dezembro de 2012. O dinamismo do mercado interno foi fortalecido pela ampliação do acesso ao crédito, pela redução das desigualdades e pelo crescimento do emprego. Ressalta-se que o componente do PIB que mais se elevou no período foi o investimento, em razão de programas governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Operação Tapa Buracos. Esses investimentos públicos potencializam o multiplicador de renda, estimulando o investimento privado, o aumento do emprego e o consumo das famílias. O período de bonança (2004-2011) também resultou em inflação controlada, redução da dívida pública e externa e acúmulo de reservas internacionais.

Entre 2009 e 2014, o Brasil foi impactado pela crise internacional, mas apresentou rápida recuperação. Conforme Horta et al. (2018), além da desaceleração da economia global, o Brasil adotou medidas intervencionistas para evitar a desaceleração, como congelamento de preços administrados, intervenção no setor elétrico, aumento do crédito público, política fiscal expansionista e política monetária menos austera.

Segundo Carvalho (2018), o chamado “milagrinho”, correspondente ao crescimento dos anos 2000, foi favorecido pelo cenário externo, mantendo a economia próspera, com inflação baixa, elevados níveis de consumo e investimento, além da redução da dívida pública e externa. Após a crise de 2008, diante do cenário externo desfavorável, marcado pela queda dos preços das commodities, desvalorização do real e restrição do crédito, foram adotadas medidas para manter o modelo de crescimento, como a redução do depósito compulsório dos bancos privados, expansão da concessão de crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos públicos, continuidade do PAC e políticas de valorização do salário mínimo.

Ainda segundo Carvalho (2018), houve redução da taxa Selic e implementação de políticas de desoneração tributária. Nesse período, foi criado o programa Minha Casa Minha Vida e houve redução da alíquota do Imposto de Renda para pessoas físicas de classe média baixa. Essas medidas foram fundamentais para evitar o colapso do sistema, sendo a recuperação

econômica atribuída ao mercado interno, ao elevado investimento e à menor vulnerabilidade externa decorrente do acúmulo de reservas internacionais.

No período de maior atividade econômica, as importações cresceram para suprir a demanda interna, registrando aumento de 103,4% entre 2005 e 2010. Esse fenômeno pode ter sido estimulado pela valorização do real, evidenciando a insuficiência da estrutura industrial nacional para atender à demanda interna. Assim, o desequilíbrio no balanço de pagamentos pode ser atribuído ao setor industrial pouco diversificado.

A inflação controlada no período de expansão (2004-2011) resultou da valorização do real; contudo, após o fim do ciclo das commodities, o controle de tarifas de energia elétrica e outros preços administrados foi implementado para alinhar a inflação à meta, gerando prejuízos a determinados setores econômicos. Ao final do período de crescimento, observa-se que houve redução das desigualdades para os estratos de menor renda, especialmente por meio das políticas de valorização do salário mínimo, embora os grupos de maior renda tenham continuado a acumular elevados rendimentos de capital.

Portanto, conforme Carvalho (2018), a economia brasileira apresentava limites a serem superados para consolidar o modelo de crescimento. Com o intuito de contornar tais desafios e incentivar o setor industrial, a partir de 2011 foram adotadas medidas como a redução dos juros, desvalorização do real, contenção de gastos e investimentos públicos, política de desonerações tributárias mais abrangente, expansão do crédito do BNDES e represamento de tarifas.

Todavia, essas medidas não alcançaram os resultados esperados, pois o setor empresarial não aumentou os investimentos diante das perspectivas de baixo crescimento e elevado endividamento. O governo reduziu o investimento público, substituindo-o pelo investimento privado direto. Essas políticas, somadas à redução da arrecadação decorrente da desaceleração econômica, dificultaram o cumprimento do superávit primário. De acordo com Horta et al. (2018), a situação fiscal do Brasil deteriorou-se, com queda do superávit primário de 3,4% do PIB (2003-2008) para 1,7% do PIB (2009-2014).

Em 2014, foi anunciada uma política de ajuste fiscal, visando diminuir o déficit de 0,6% do PIB para um superávit primário de 1,2% em 2015 e de 2% em 2016 e 2017. As medidas de ajuste incluíram: redução de R\$ 58 bilhões nos gastos do PAC; economia de R\$ 18 bilhões mediante alteração nas regras de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; aumento

em alíquotas como PIS/Confins e Cide para uma receita de R\$ 12,2 bilhões; redução de desonerações da folha, totalizando arrecadação de R\$ 5,3 bilhões, entre outras medidas de austeridade.

Adicionalmente, os preços administrados que permaneciam constantes foram reajustados em mais de 18,1% ao ano. Com o aumento da inflação, especialmente devido ao reajuste dos preços administrados, a taxa Selic foi elevada de 11,75% em dezembro de 2014 para 14,25% em julho de 2015. As medidas recessivas, somadas à crise política, transformaram a desaceleração econômica em uma das maiores crises da história brasileira. Ressalta-se que a crise econômica impôs obstáculos às agendas democráticas, como as relacionadas a mulheres, movimentos sociais, minorias e juventude, visando garantir uma agenda de redução do Estado (CARVALHO, 2018).

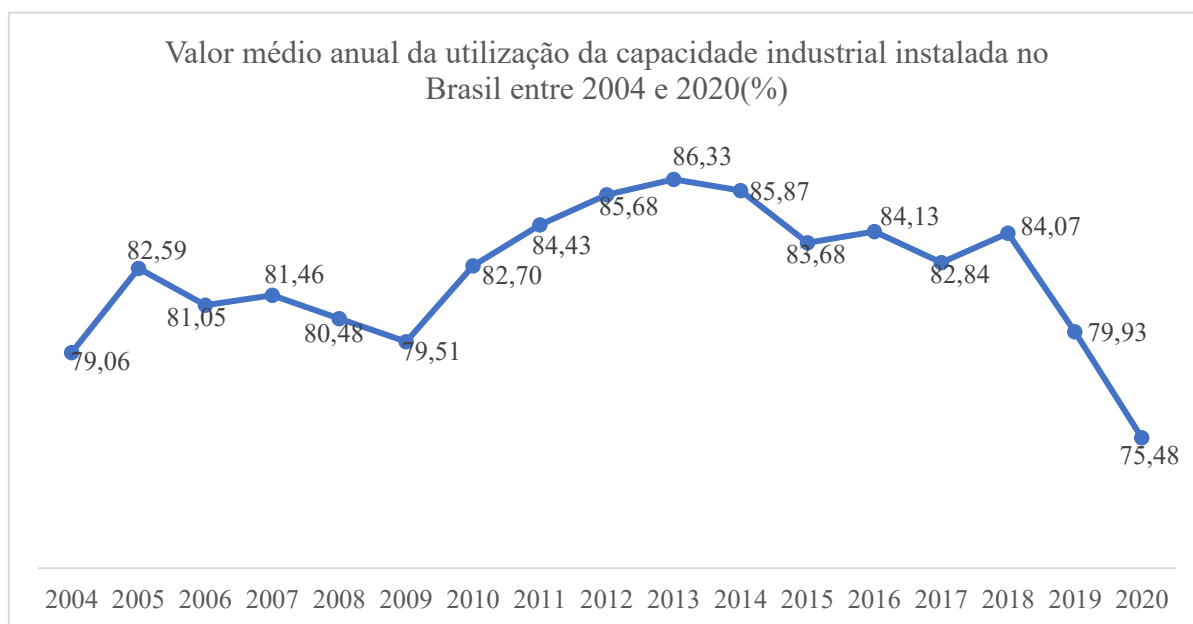
Segundo Horta et al. (2018), a partir de 2015 e 2016, o cenário político e econômico culminou em uma das maiores crises da economia brasileira. Do lado da demanda, o impacto decorreu principalmente da queda do investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), antecedendo a queda do produto. Em 2016, o investimento correspondia a níveis 30% inferiores aos de 2013. Houve também deterioração das contas públicas, com impactos negativos sobre o superávit primário e aumento da dívida pública, resultando em planos de ajuste fiscal. Em 2015, a política monetária tornou-se mais austera, com o objetivo de alinhar a inflação à meta, o que, ao elevar a taxa de juros, impactou negativamente o crescimento e a atividade econômica. Por fim, as incertezas advindas do cenário político instável agravaram o ambiente econômico.

De acordo com Rossi e Mello (2017), a desaceleração econômica brasileira teve início em 2014, em função da queda dos investimentos. Entretanto, somente a partir de 2015 é possível afirmar que o país entrou em crise, em razão das sucessivas quedas do PIB, do consumo das famílias, do emprego e da renda. Apesar da forte redução do consumo das famílias a partir de 2015, os autores destacam que esse fator não explica integralmente a magnitude da recessão; uma explicação reside no choque recessivo provocado pelas medidas de austeridade econômica implementadas pelo governo. Em 2016, o governo optou por mudanças estruturais, em vez de ajustes de curto prazo, adotando medidas austeras que acarretam custos sociais e podem resultar em crescimento econômico futuro com concentração de renda.

Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria, apresentados no Gráfico 2, o setor industrial brasileiro apresentou significativa capacidade ociosa em 2020, com quedas

desde 2015 e posterior aumento em 2018, ano em que a média de utilização da capacidade instalada foi de 84,07%. Em 2019, a utilização média foi de 73,13%, enquanto em 2020 registrou-se média de 75,48%, destacando-se o mês de abril, que apresentou apenas 59,9% de utilização da capacidade instalada.

Gráfico 4 – Valor médio anual da utilização da capacidade industrial instalada no Brasil entre 2004 e 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do Site da Confederação Nacional da indústria brasileira.

De acordo com Mattei (2018), no que concerne à variável desemprego, observa-se que a anterior expansão do mercado de trabalho foi interrompida em virtude da retração da atividade econômica a partir de 2015. Tal cenário resultou em um aumento substancial da taxa de desemprego nos anos subsequentes, além de impactar negativamente as ocupações formais. Em 2002, a taxa de desemprego era de 11,7%, reduzindo-se para 4,8% em 2014, período em que se observou um acréscimo de aproximadamente 68% nos Postos Formais de Trabalho (PFT). Contudo, já em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentava crescimento de apenas 0,5% ao ano, com pressões inflacionárias, visto que a inflação não atingiu a meta, chegando a 6,41% ao ano.

Ainda segundo Mattei (2018), a elevação da taxa de desemprego iniciada em 2014 alcançou 12% em 2017, o que corresponde a mais de 13,6 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. Esse fenômeno impactou significativamente indicadores sociais, como o da pobreza, que voltou a apresentar crescimento após mais de uma década de redução relevante.

Ressalta-se que, em meio à crise econômica, cerca de 8,6 milhões de brasileiros retornaram à condição de extrema pobreza.

No mercado de trabalho, registrou-se, em 2019, um total de 16,2 milhões de desempregados, incluindo os desalentados, além de 38,4 milhões de trabalhadores inseridos no setor informal, conforme Krein e Borsari (2019). Ademais, observou-se uma intensificação da desigualdade de renda desde 2014, conforme Neri (2019), o que pode anular a redução da desigualdade verificada entre 2001 e 2014.

Com a pandemia de COVID-19, medidas de isolamento social tornaram-se necessárias para conter o avanço do vírus, impactando uma economia que já apresentava lenta recuperação desde a crise de 2015. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a população desalentada — composta por aqueles que desistiram de procurar trabalho — foi de 5,3% na média anual de 2020, representando um aumento de um ponto percentual em relação a 2019. No quarto trimestre de 2020, a taxa de desocupação atingiu 13,9%, sendo mais elevada entre mulheres (16,4%) do que entre homens (11,9%), e afetando mais pessoas pretas e pardas em relação a pessoas brancas.

O contingente de indivíduos fora da força de trabalho chegou a 76,3 milhões de pessoas, das quais 64,3% eram mulheres. Destaca-se que, em função das medidas adotadas para mitigar os impactos sociais da pandemia, o déficit fiscal pode atingir proporções superiores. Segundo Oreiro (2020), a relação entre dívida pública e PIB pode alcançar 100% em 2021; no entanto, por tratar-se de dívida denominada em moeda nacional e considerando as reservas internacionais do Brasil, tal cenário não implica necessariamente em colapso fiscal.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020) indica que, em contextos de crise como o da COVID-19, as mulheres se configuram como o grupo mais vulnerável à redução ou perda de renda. As mulheres recebem salários inferiores, têm menor acesso a benefícios previdenciários, estão majoritariamente presentes no setor informal, apresentam altas taxas de pobreza, realizam trabalhos de cuidado não remunerado, predominam na área da saúde, e estão mais sujeitas a riscos de violência, abusos e exploração, além de constituírem a maioria das famílias monoparentais.

Na crise de 2008, por exemplo, a maior parte dos empregos perdidos estava nos setores de construção e indústria, predominantemente masculinos; por outro lado, as mulheres aumentaram suas horas de trabalho (SAHIN; SONG; HOBIN, 2010). No processo de recuperação, o emprego masculino tende a retomar-se antes do feminino (PÉRIVIER, 2014). Ademais, devido à responsabilidade com o trabalho de cuidado, as mulheres enfrentam maiores obstáculos para encontrar novas fontes de renda após a dispensa do emprego.

O mesmo relatório da OCDE (2020) destaca que famílias monoparentais, majoritariamente compostas por mulheres, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade. A perda de emprego nesse tipo de família pode ser mais crítica, impactando diretamente as crianças sob cuidados exclusivos de um responsável, em comparação àquelas em famílias biparentais. Esse impacto decorre da redução da renda familiar, aumento da pobreza e da dificuldade de acesso a bens essenciais e à nutrição adequada, agravando o quadro quando não há suporte de políticas públicas ou estas são implementadas de forma tardia.

Van Barneveld (2020) argumenta que o neoliberalismo contribui para uma sociedade com planejamento insuficiente e maior vulnerabilidade diante de pandemias, especialmente quando o setor de saúde é privatizado. Epidemias anteriores, como as de Ebola e Sars, evidenciaram essa lacuna, e a pandemia atual reforçou a necessidade de priorizar a saúde pública e o bem-estar social.

Segundo a UN News (2020), o desemprego gerado pela pandemia afetou principalmente os setores de alimentação e alojamento, com perda de 144 milhões de trabalhadores; varejo e atacado, com 482 milhões; serviços empresariais e administração, com 157 milhões; e indústria, com 463 milhões de trabalhadores fora do mercado. Esses valores correspondem a 37,5% do emprego global. Observa-se que, com exceção da indústria, tais setores são predominantemente compostos por mulheres, como babás, empregadas domésticas e demais provedoras de serviços de cuidado domiciliar, tornando a crise especialmente prejudicial para esse grupo (PECK, 2020).

Além disso, conforme Birch e Preston (2020) e Foley et al. (2020), as mulheres estão concentradas em setores mais expostos ao vírus, como saúde, educação e varejo. No Reino Unido, por exemplo, mulheres representam 79% dos profissionais de saúde e serviço social e 70% dos profissionais de educação (DEVINE; FOLEYN, 2020). A força de trabalho feminina nesses setores enfrenta jornadas prolongadas, riscos para a saúde mental e carência de equipamentos de proteção adequados. O fechamento de escolas e o *lockdown*, em muitos países, impuseram às mulheres o desafio de conciliar trabalho remunerado, tarefas domésticas e educação dos filhos em casa, dificultando ainda mais a rotina de famílias monoparentais (WENHAM et al., 2020).

Barroso et al. (2020) apontam que, para além dos indicadores de renda per capita, há desigualdade na distribuição e apropriação dos recursos dentro das famílias, ou seja, as desigualdades de gênero também se reproduzem no espaço familiar e doméstico. Como já mencionado, políticas neoliberais de austeridade, flexibilização das condições trabalhistas e redução de políticas sociais afetam principalmente as mulheres, reforçando as relações sociais

de sexo, como a divisão sexual do trabalho abordada por Hirata (2007). Dessa forma, evidencia-se a chamada “feminização da pobreza”, que se refere aos efeitos de gênero da pobreza, ainda que o fenômeno careça de indicadores que o comprovem de forma precisa.

Pesquisas de Muñoz e Madroño (2011) indicam que os impactos das crises econômicas diferem entre homens e mulheres, uma vez que ocupam posições desiguais na sociedade quanto ao acesso a recursos econômicos — emprego, terras, recursos naturais, crédito — e quanto à influência nos espaços de decisão sobre o modelo produtivo, o estado de bem-estar e a cidadania. A ausência de consideração dos impactos diferenciados de uma crise sobre homens e mulheres, aliada à falta de políticas econômicas específicas, pode agravar a desigualdade de gênero.

Segundo Muñoz e Madroño (2011), as implicações de uma crise para o sexo feminino incluem empregos mais precários, salários inferiores e a conversão de muitos postos de trabalho em ocupações informais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) estima que o número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade aumentou em 136 milhões entre 2000 e 2011, sendo a proporção de mulheres nessa condição superior à dos homens, além de o emprego feminino se recuperar mais lentamente. Estereótipos sociais que posicionam os homens como provedores, políticas públicas que os favorecem e a ausência de reorganização das famílias para dividir responsabilidades domésticas explicam parte desse fenômeno.

Nesse contexto, Muñoz (2012) destaca três pautas principais: a crise intensifica o trabalho feminino, tanto remunerado quanto não remunerado; o emprego masculino se recupera antes do feminino, tornando este último mais precário; e, concomitantemente, é possível que haja retrocessos em avanços relacionados à equidade de gênero. Ajustes e cortes em serviços e gastos públicos, realizados para combater a crise, prejudicam especialmente mulheres de baixa renda, devido à ausência de correção das desigualdades e de análises de políticas por gênero, além da aceitação social da desigualdade.

Tabela 1 – Resumo do subcapítulo Breve Caracterização da Economia Brasileira entre 2004 e 2020 e o Impacto da Crise para as Mulheres segundo a Literatura

Período	Características Econômicas	Autores
2004–2008	Crescimento econômico sustentado, aumento do emprego formal, expansão de programas sociais como o Bolsa Família, valorização do salário mínimo, redução da pobreza e desigualdade. Políticas de fortalecimento do mercado interno resultaram em avanços sociais, apesar de limites estruturais persistentes.	Carvalho (2018)
2009–2014	Recuperação após a crise global de 2008, manutenção do crescimento com desaceleração progressiva, ampliação do crédito e da massa salarial, início de dificuldades fiscais.	Carvalho (2018)
2015–2016	Recessão econômica profunda, queda acentuada do PIB, aumento do desemprego e da inflação, cortes em políticas sociais e investimentos públicos.	Horta et al. (2018), Rossi e Mello (2017), Mattei (2018).
2017–2019	Recuperação econômica lenta e desigual, crescimento modesto.	Horta et al. (2018)

Continua...

Tabela 1 – Continuação.

Período	Características Econômicas	Autores
2020	Crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de COVID-19, forte retração da atividade econômica, desemprego recorde e ampliação das desigualdades. Mulheres constituíram o grupo mais vulnerável, predominando em setores afetados, assumindo mais trabalho de cuidado não remunerado e expondo-se à pobreza. Em épocas de crise, medidas de austeridade e flexibilização trabalhista impactam especialmente mulheres de baixa renda e famílias monoparentais, ampliando a feminização da pobreza.	OCDE(2020); UN News, (2020); Peck (2020); Birch e Preston (2020); Foley et al. (2020); Van Barneveld, (2020); Barroso et al. (2020), Muñoz e Madroño (2011).

Fonte: Elaboração própria.

3.2 CONCEITO DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PENALIDADE À MATERNIDADE

Farah (2004) define o conceito de gênero, introduzido no Brasil nos anos 1970 junto ao movimento feminista, como dotado de múltiplas interpretações dentro dos estudos feministas. Segundo Scott (2005), o feminismo da igualdade considera que as diferenças entre homens e mulheres são apenas biológicas, sendo as demais construídas socialmente por meio de relações de opressão. Já o feminismo da diferença, também segundo Scott (2005), entende o gênero como um conjunto de características femininas e masculinas determinadas socialmente,

organizando-se em classificações binárias, como masculino/feminino, produção/reprodução, público/privado. Nesse contexto, o masculino se concentra na esfera pública, enquanto o feminino permanece na esfera privada, originando a subordinação feminina. Conforme Ridgeway e Smith-Lovin (1999), o gênero é um sistema de práticas sociais que atribui valores distintos, acentuando relações de desigualdade.

A divisão sexual do trabalho refere-se à repartição das atividades entre homens e mulheres, baseada nas relações sociais entre os sexos, funcionando como mecanismo de preservação dessas relações. Na classificação binária entre público e privado, homens são tradicionalmente vistos como provedores e mulheres como cuidadoras, limitando estas ao âmbito privado (HIRATA, 2007). A divisão sexual do trabalho está fundamentada em dois princípios universais: o da separação (diferenciação de trabalhos masculinos e femininos) e o hierárquico (valorização do trabalho masculino). Mesmo com mudanças nas relações de gênero, o trabalho doméstico permanece sob responsabilidade feminina.

Collins (2019) ressalta que existem estudos dedicados a compreender como o trabalho remunerado de mulheres negras se organiza em um sistema de opressões interseccionais de raça, classe e gênero. Para famílias afrodescendentes, a divisão público/privado não se aplica plenamente, pois mulheres negras, desde o período da escravidão, trabalharam sem remuneração na esfera supostamente pública, tendo sua privacidade familiar violada. Assim, as desigualdades enfrentadas por mulheres negras no mercado de trabalho são fruto de um longo processo histórico, e os conceitos de trabalho que conferem *status quo* aos homens brancos devem ser questionados, pois medem valor em um sistema de desigualdades de raça e gênero.

Souza e Guedes (2016) observam que, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, isto é, 58% em 2014, comparado a mais de 80% para os homens; segundo a PNAD, a divisão sexual do trabalho persiste. Homens continuam dominando o espaço produtivo, mesmo com maior participação nas tarefas domésticas, e essa realidade é relativamente homogênea entre as regiões do Brasil. Em 2014, na região Sudeste, homens dedicaram 10,91 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto mulheres dedicaram 26,05 horas; no trabalho produtivo, homens trabalharam 42,67 horas e mulheres 37,05 horas. No Nordeste, as mulheres trabalharam 32,08 horas e os homens 39,34 horas produtivas; nas tarefas domésticas, foram 11,22 horas para homens e 29,25 para mulheres.

No que se refere às penalidades à maternidade no mercado de trabalho, Grumshaw e Rubery (2015) identificam três esferas explicativas: racionalismo econômico, fatores sociológicos e institucionais. Sob o racionalismo econômico, a teoria do capital humano explica que mulheres mães acumulam menos capital intelectual, interrompem carreiras e têm jornadas

reduzidas, optando por trabalhos menos exigentes para conciliar responsabilidades domésticas, o que limita o avanço profissional. Fatores sociológicos relacionam-se a estereótipos sociais que influenciam decisões de contratação e promoção, enquanto a ausência de creches e assistências familiares caracteriza falha de mercado, dificultando ascensão feminina. No aspecto institucional, diferenciam-se oportunidades entre países quanto a salários justos, suporte à maternidade, paternidade e serviços de cuidado infantil, e sistemas tributários podem induzir dependência econômica das mães. Penalidades à maternidade variam conforme o grau de desigualdade do país, sendo especialmente acentuadas em contextos de informalidade e ausência de proteção trabalhista. A cultura e a família também influenciam fortemente as experiências das mulheres no mercado de trabalho.

Estudos como o de Meuers et al. (2010) evidenciam que explicações baseadas apenas em capital humano não são suficientes para justificar os diferenciais de renda. Ao comparar rendimentos de mulheres que interromperam e não interromperam suas carreiras com homens em situação contínua de emprego, observa-se que o diferencial salarial entre mulheres que saíram e não saíram do mercado é quase totalmente explicado por características observáveis. Entretanto, o diferencial entre homens e mulheres, mesmo entre aquelas que não interromperam suas carreiras, não é explicado apenas pelo capital humano, demonstrando que empregadores não conseguem avaliar o comprometimento feminino no trabalho.

Barros e Mendonça (1995) argumentam que, em contextos com trabalhadores e postos de trabalho heterogêneos, o mercado pode perpetuar desigualdades salariais por meio de diferenciais de produtividade, reforçando disparidades entre grupos. Quando a relação entre salários e produtividade varia sistematicamente entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos, como gênero ou etnia, caracteriza-se discriminação salarial. Além disso, a alocação de trabalhadores pode se afastar do critério de eficiência produtiva e não maximizar o produto quando há manipulação ou vieses que favorecem determinados grupos, configurando discriminação alocativa.

Kon (2013) destaca que a incorporação da mão de obra segundo o gênero reflete a cultura dominante de segregação e discriminação, impactando as mulheres tanto em sociedades ocidentais quanto orientais. As oportunidades de trabalho para mulheres são influenciadas por ponderações sobre suas funções familiares, capacidade de conciliar trabalho e afazeres domésticos e competência para cargos de responsabilidade.

Diante dessas desigualdades, destaca-se o papel do Estado em mitigá-las. Fontoura et al. (2010) assinalam que o Estado de bem-estar social brasileiro buscou aproveitar a mão de obra feminina doméstica para suprir carências de serviços públicos e políticas sociais. Durante

períodos de crise, conforme Gálvez e Matus (2010), a não divisão das tarefas domésticas entre gêneros, redução da renda familiar e diminuição dos serviços sociais públicos — em contextos de austeridade — aumentam o trabalho doméstico não remunerado, realocado principalmente para as mulheres, mesmo que estejam inseridas no mercado formal ou informal.

Bundig e England (2001) mostram que, nos Estados Unidos, empresas maiores e o setor público dispõem de políticas que facilitam o trabalho feminino, como emprego adaptado, jornada flexível e oferta de creches. Botello (2014) aponta que políticas de licença maternidade e proibição de demissão de gestantes podem atenuar carreiras descontínuas e evitar perdas de renda. Por outro lado, De Carvalho et al. (2006) analisaram o efeito da ampliação da licença maternidade de 12 semanas para 120 dias, conforme a Constituição de 1988, constatando que o aumento não elevou a retenção feminina no mercado de trabalho ou a oferta de trabalho, mesmo entre trabalhadoras mais qualificadas. Destaca-se que, ao atribuir maior tempo de licença à mulher, o Estado reforça a responsabilidade feminina pelo cuidado dos filhos, perpetuando a divisão sexual do trabalho, visto que a licença paternidade é de apenas cinco dias. Embora políticas de bem-estar social possam ter efeitos ambíguos quanto à equidade de gênero, evidências sugerem que políticas familiares influenciam positivamente o papel econômico feminino (GRIMSHAW; RUBERY, 2015).

Segundo Kon (2013) as políticas públicas no Brasil nas últimas décadas estão orientadas para garantir a estabilidade econômica e, a partir de 2008, a conter as consequências da crise financeira; por isso, a questão das desigualdades por gênero é posta em segundo plano. Ainda segundo a autora:

Observa-se na América Latina que a desigualdade de gênero no mundo do trabalho é um problema estrutural que vem se prolongando há muito tempo, mas é provável que se acentue como consequência da crise. Verificou-se em tempos de crise econômica que, se com frequência as consequências negativas atingem com maior rapidez as mulheres no mercado de trabalho, por sua vez a recuperação acontece mais lentamente.

De acordo com o Banco Mundial (2001), cabe aos formuladores de políticas públicas delinear estratégias que promovam maior equidade entre os sexos, considerando as especificidades locais e as desigualdades econômicas e sociais, que podem se manifestar de formas diversas. Tal responsabilidade decorre do fato de que as mulheres não são as únicas impactadas pelas discrepâncias de gênero no mercado de trabalho, pois os custos dessa desigualdade repercutem na produção, consumo e investimentos nacionais, impedindo o pleno aproveitamento do capital humano e prejudicando o crescimento sustentável e a redução da pobreza.

Tabela 2 – Resumo do subcapítulo Conceito de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Penalidade à Maternidade

Tema	Principais Pontos	Autores
Participação feminina e divisão sexual do trabalho	Apesar do crescimento da participação feminina no mercado, a divisão sexual do trabalho persiste, com mulheres dedicando mais horas aos afazeres domésticos e enfrentando menor inserção produtiva.	Souza e Guedes (2016); Hirata (2007)
Penalidades à maternidade	As penalidades à maternidade decorrem de fatores econômicos, sociológicos e institucionais, com destaque para interrupções de carreira, estereótipos e ausência de suporte familiar e políticas públicas.	Grumshaw e Rubery (2015)
Capital humano e diferenciais de renda	Explicações baseadas apenas em capital humano não justificam totalmente os diferenciais de renda entre homens e mulheres; empregadores têm dificuldade em avaliar o comprometimento feminino.	Meuers et al. (2010)

Continua...

Tabela 2 – Continuação.

Tema	Principais Pontos	Autores
Discriminação salarial e alocativa	O mercado pode perpetuar desigualdades salariais por meio de diferenciais de produtividade e discriminação alocativa, reforçando desigualdades entre grupos.	Barros e Mendonça (1995)
Interseccionalidade: raça e gênero	A perspectiva da interseccionalidade, proposta por Collins, destaca que as desigualdades de gênero não podem ser analisadas isoladamente, sendo atravessadas por fatores como raça, classe e outras formas de opressão, o que aprofunda as barreiras enfrentadas por mulheres negras e pertencentes a outros grupos minorizados.	Collins (2019)
Cultura, segregação e oportunidades	A cultura dominante perpetua segregação e discriminação, influenciando oportunidades de trabalho e cargos de responsabilidade para as mulheres.	Kon (2013)

Continua...

Tabela 2 – Continuação.

Tema	Principais Pontos	Autores
Papel do Estado e políticas sociais	O Estado buscou suprir carências sociais com mão de obra feminina, mas, em períodos de crise, o trabalho doméstico não remunerado recai principalmente sobre as mulheres.	Fontoura et al. (2010); Gálvez e Matus (2010)
Políticas empresariais e licença maternidade	Empresas maiores e setor público adotam políticas que facilitam o trabalho feminino, enquanto a ampliação da licença maternidade não aumentou a retenção feminina, podendo reforçar a divisão sexual do trabalho.	Bundig e England (2001); Botello (2014); De Carvalho et al. (2006)
Impacto das políticas públicas e crise econômica	Políticas públicas priorizaram estabilidade econômica, relegando desigualdade de gênero; em momentos de crise, mulheres são impactadas mais rapidamente e a recuperação ocorre de forma mais lenta.	Kon (2013)
Responsabilidade dos formuladores de políticas	Promover equidade de gênero é fundamental para o crescimento sustentável e redução da pobreza, pois a desigualdade impacta toda a sociedade.	Banco Mundial (2001)

Fonte: Elaboração própria.

3.3 MUDANÇAS SOCIAIS, INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADES PERSISTENTES

Considerando o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, Todaro e Gúzman (2011) apontam que a globalização evidenciou as interações entre a ordem econômica e as questões de gênero, uma vez que alterações econômicas provocam transformações sociais. Modificações nas normas e convenções reguladoras do comportamento humano nas instituições flexibilizaram os limites entre subjetividade, cotidiano, política, economia e cultura, promovendo maior autonomia e individualização. Entretanto, tal flexibilização também gerou submissão, desigualdade, exclusão e falta de proteção social. A entrada das mulheres no mercado de trabalho resultou em jornadas ampliadas, precarização, maior intensidade de trabalho e, em alguns casos, distanciamento comunitário devido à migração. Portanto, as consequências da globalização são ambíguas.

Stiglitz (1998) destaca que medidas como a liberalização do comércio e capital, privatização de empresas e flexibilização das regulamentações, inclusive trabalhistas — elementos do Consenso de Washington — aprofundaram o processo de globalização. Segundo Todaro (2000), as economias nacionais ajustaram-se para ampliar a competitividade empresarial, resultando em mudanças no sistema tributário, redução do gasto público e do estado de bem-estar social, diminuição dos custos de mão de obra, abandono da política de pleno emprego e benefícios previdenciários, bem como maior instabilidade nos empregos. A transformação dos sistemas de seguridade social em privados aumentou a vulnerabilidade dos indivíduos.

Sendo assim, conforme Stiglitz (1998), a reestruturação econômica ocorreu de forma desigual, sem considerar diferenças regionais, setoriais e de gênero. A redução dos gastos públicos afetou saúde e educação, ampliou a recessão e a pobreza e intensificou disparidades no acesso a recursos entre ricos e pobres. Medidas generalizadas, sem análise das particularidades nacionais e populacionais, apresentam riscos econômicos, sociais e políticos. Ajustes fiscais podem resultar em aumento da jornada feminina, pois reduções nos gastos sociais intensificam o trabalho das mulheres. Por outro lado, o ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho promove maior autonomia econômica e pessoal, além de ampliar sua influência familiar.

No contexto brasileiro, após mais de vinte anos de regime ditatorial, a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 representaram transformações importantes. Nos anos 1980, o Brasil enfrentou instabilidade econômica decorrente do plano nacional-desenvolvimentista, promovendo mudanças no Estado que passaram a incluir novos atores

políticos, como as mulheres. Desde os anos 1970, mulheres mobilizaram-se para reivindicar democratização, solucionar questões de trabalhadores urbanos pobres e abordar temas relativos à condição feminina, como direito à creche, saúde, sexualidade, contracepção e violência. Entre as conquistas, destacam-se o Primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (1983) e a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (1985), ambos em São Paulo, além do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) (FARAH, 2004).

De acordo com Farah (2004) a Constituição de 1988 incluiu reivindicações das mulheres. Em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realizou a campanha Mulher e Constituinte com a bandeira “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, assim foram apresentadas propostas ao Congresso Constituinte, por meio da carta intitulada “Carta das Mulheres Brasileiras” (CNDM, 1987), a qual abordava questões relativas à família, saúde, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra. Com maior atuação pública desses sujeitos, questões de gênero passaram a fazer parte das políticas públicas brasileiras. Um trecho retirado da “Carta das Mulheres Brasileiras” diz que:

Confiemos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Bruschini (1998) analisa que transformações sociais, demográficas, culturais e econômicas desde os anos 1970, aliadas ao avanço dos movimentos feministas, contribuíram para o aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho. Houve mudanças nos padrões culturais relativos às funções femininas, com maior presença em ambientes públicos e modificação da identidade feminina, cada vez mais voltada ao trabalho produtivo.

Kon (2013) aponta que o aumento da participação feminina resulta de fatores ligados à oferta e demanda de trabalho. O crescimento da demanda por trabalho no século XX decorreu da expansão de bens e serviços, surgimento de novas ocupações e especializações, e elevação da escolaridade feminina, permitindo acesso a postos mais complexos. Variações na demanda impactaram as preferências das mulheres, influenciando sua oferta de mão de obra, especialmente em resposta ao aumento salarial. Mudanças tecnológicas, substituição de produtos domésticos por mercantilizados, busca por maior renda para consumo e maior eficiência no trabalho doméstico também contribuíram para a disponibilidade de tempo para outras atividades. Mudanças familiares, como aumento de divórcios, idade de casamento,

diminuição do tamanho das famílias e queda na renda familiar, também influenciaram a oferta feminina de trabalho.

A redução da fecundidade, especialmente em cidades e regiões desenvolvidas, é outro fator que favoreceu o aumento da mão de obra feminina. A escolaridade e o ingresso nas universidades abriram novas possibilidades profissionais. Bruschini (1998), ao analisar dados da PNAD entre 1985 e 1995, identificou uma expansão de 63% na força de trabalho feminina, representando acréscimo de 12 milhões de mulheres. Em 1995, a participação feminina na população economicamente ativa foi de 48% na semana e 53% no ano, enquanto a masculina permaneceu estável em 75,3% (semana) e 78,3% (ano). Parte desse crescimento decorre de novos critérios adotados pelo IBGE a partir de 1992, incluindo atividades de autoconsumo, produção familiar e outras ocupações.

Além do crescimento, houve mudança no perfil das trabalhadoras: nos anos 1970, predominavam jovens, solteiras e sem filhos; posteriormente, casadas, mais velhas e mães passaram a compor maior parcela. Entre 1985 e 1993, mulheres chefes de família aumentaram de 50% para 57,3%; casadas, de 32,9% para 49,7%; mães, de 36,8% para 39,1%. Apesar da influência da maternidade, mais da metade das mães estava inserida no mercado de trabalho nos anos 1990, explicável pela busca por trabalho diante de fatores econômicos, como aumento dos gastos com saúde e educação, mudança de consumo e empobrecimento da classe média.

Hoffman et al. (2004), ao analisar a contribuição do rendimento do trabalho feminino na renda domiciliar e seu impacto na desigualdade de renda per capita entre 1981 e 2002, utilizando dados da PNAD e modelo de decomposição do índice de Gini, constataram aumento da desigualdade via maior contribuição da renda feminina, especialmente entre a população intermediária na distribuição de renda domiciliar. O índice de Gini variou em consonância com a razão de concentração de renda entre homens e mulheres, sendo a razão feminina superior ao índice de Gini e a masculina inferior, indicando maior contribuição das mulheres à desigualdade.

Teixeira (2017) investiga se períodos de crescimento econômico impactaram a persistente desigualdade de gênero. Segundo a autora, as mulheres majoritariamente ingressaram na estrutura produtiva nas décadas de 1980 e 1990, período de retração econômica, queda no emprego e flexibilização das formas de trabalho. Nos anos 2000, indicadores econômicos e sociais melhoraram, com avanços na condição feminina. Entre 2004 e 2013, mais de 12 milhões de trabalhadores foram inseridos no mercado, dos quais 47% eram mulheres. Os direitos femininos foram ampliados, favorecidos pela política do salário mínimo, embora a

inserção feminina permaneça concentrada em atividades de educação, saúde, serviços sociais e trabalho doméstico remunerado.

Entre 2004 e 2013, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina (16 anos ou mais) cresceu de 57,9% para 58,5%, com redução posterior para 55,6% em 2013, representando 5,112 milhões de mulheres a mais no mercado. Os homens, embora em maior número (6,190 milhões), tiveram queda na PEA de 82,5% (1985) para 78,6% (2013). No contexto de crise pós-2008, o setor de serviços (60% das ocupações) expandiu-se, enquanto construção civil, indústria e agricultura foram negativamente afetados. Entre 2004 e 2013, a taxa de desemprego feminina caiu de 11,5% para 6,6%, enquanto a masculina caiu de 6,6% para 4,8%. Supõe-se que a taxa de desemprego feminina permanece superior em todos os ciclos econômicos, sendo o dobro da masculina, hipótese passível de investigação.

Vasquez (2016) demonstra que a diferença na taxa de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres é maior entre os grupos de menor renda per capita, reduzindo-se em famílias de maior renda, evidenciando a limitação dos serviços públicos para inclusão das mulheres. Para quem ganha até 25% do salário mínimo, em 2004, a desigualdade na taxa de participação é de 37,1 pontos para a faixa etária de 25 a 29 anos; entre 25% e 50% do salário, cai para 28,2 pontos; acima de cinco salários, a discrepância é de 5,4%. A taxa de desemprego também varia conforme faixas etárias e sexo, associando queda no desemprego de 9,1% para 6,6% em períodos de crescimento econômico à maior inclusão social e alteração do perfil da PEA (População Economicamente Ativa).

Tabela 3 – Resumo do subcapítulo Mudanças Sociais, Inserção Feminina no Mercado de Trabalho e Desigualdades Persistentes

Período	Fato/Transformação	Principais Pontos/Resultados	Fonte
1970-1980	Transformações sociais e culturais; início da maior presença feminina em espaços públicos	Mudança nos padrões culturais e na identidade feminina, com aumento do ingresso no mercado de trabalho	Bruschini (1998)

Continua...

Tabela 3 – Continuação.

Período	Fato/Transformação	Principais Pontos/Resultados	Fonte
1985	Campanha Mulher e Constituinte	Apresentação da “Carta das Mulheres Brasileiras” ao Congresso; inclusão de demandas de gênero na Constituição	CNDM (1987); Farah (2004)
1980-1990	Ingresso feminino na estrutura produtiva durante crise econômica	Entrada significativa de mulheres no mercado, mesmo em contexto de retração econômica	Teixeira (2017)
1985-1995	Crescimento da participação feminina	Expansão de 63% na força de trabalho feminina; mudança no perfil das trabalhadoras (mais casadas e mães)	Bruschini (1998)
1981-2002	Análise da renda do trabalho feminino e desigualdade	Contribuição crescente da renda feminina à desigualdade de renda domiciliar; variação do índice de Gini	Hoffman et al. (2004)

Continua...

Tabela 3 – Continuação.

Período	Fato/Transformação	Principais Pontos/Resultados	Fonte
2000-2013	Avanços econômicos e sociais; políticas de valorização do salário mínimo	Melhora dos indicadores para mulheres; inserção concentrada em educação, saúde e serviços sociais	Teixeira (2017)
2004-2013	Expansão da População Economicamente Ativa (PEA) feminina	PEA cresceu de 57,9% para 58,5%; desemprego feminino caiu de 11,5% para 6,6%; permanência da desigualdade de gênero	Teixeira (2017)
2004	Desigualdade de participação por faixa de renda	Discrepância maior entre mulheres e homens em famílias de baixa renda; desigualdade reduz em famílias de maior renda	Vasquez (2016)

Fonte: Elaboração própria.

4 METODOLOGIA

4.1 DESCRIÇÃO DO MODELO DE MINCER E APLICAÇÃO: DETALHAMENTO METODOLÓGICO

O modelo de equação de salários desenvolvido por Jacob Mincer (1974), adotado neste trabalho, constitui um instrumento empírico para estimar os retornos da escolaridade e da experiência profissional, bem como para avaliar as disparidades salariais entre homens e mulheres. Trata-se de uma estrutura amplamente utilizada em estudos econômicos sobre diferenciais de rendimentos, especialmente em países em desenvolvimento, pois permite comparações consistentes entre diferentes países e períodos.

Assim como em outras pesquisas que abordam discriminações salariais por cor e gênero sob a ótica do capital humano, este estudo adota a Equação Minceriana para determinação dos salários, proposta por Mincer (1974). Essa abordagem possibilita a avaliação dos retornos da educação e da experiência dos indivíduos, admitindo-se a inclusão de variáveis de controle, como sexo, gênero e região.

Por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), é possível estimar os retornos das variáveis observáveis e os diferenciais relacionados às características dos indivíduos, como gênero ou raça, conforme exemplificado por Giubert e Menezes-Filho (2005), que também realizam comparações com a defasagem salarial nos Estados Unidos.

Barros et al. (1995), ao utilizar dados da PNAD entre 1981 e 1989 e o método dos Mínimos Quadrados Ordinários, identificaram que, nas regiões metropolitanas brasileiras, as diferenças salariais chegam a 70% em favor dos homens, com redução de 5% ao longo dos anos analisados. Os autores Cavalieri e Fernandes, ao examinar dados da PNAD de 1989, concluíram que os salários de homens e indivíduos brancos são superiores aos das mulheres e não-brancos, mesmo após controle por idade, escolaridade e região. Ressalta-se que as disparidades de gênero são menos acentuadas do que as de cor: Belém apresentou maior diferenciação por gênero, 1,62 vez maior que no Rio de Janeiro, enquanto Salvador registrou a maior diferença por cor, 5,41 vezes superior à de São Paulo.

Em estudos que empregam o método do MQO, os resultados correspondem aos valores médios de renda de homens e mulheres, evidenciando a defasagem na média (Machado; Mata, 2005). Santos e Ribeiro (2006) destacam que o MQO é amplamente utilizado pela facilidade de aplicação e disponibilidade nos principais softwares estatísticos. O objetivo desse método é estimar a relação linear condicional entre a variável dependente e o conjunto de variáveis explicativas, modelando o valor esperado da variável dependente dos valores específicos das regressoras. No contexto do modelo de regressão linear, o estimador de Mínimos Quadrados

Ordinários busca ajustar os parâmetros de forma a minimizar a soma dos quadrados dos resíduos. Sob os pressupostos clássicos do MQO, os estimadores são não viesados e eficientes dentro da classe dos estimadores lineares não viesados; adicionalmente, quando se assume normalidade dos erros, é possível realizar inferência estatística exata sobre os parâmetros do modelo (WOOLDRIDGE, 2016).

Koenker e Basset (1978) observam que pesquisadores costumam adotar a hipótese de erros normalmente distribuídos, fundamentando-se na Teoria do Limite Central, que pressupõe que o termo de erro resulta da soma de erros pequenos e independentes. No entanto, pode ocorrer erro significativo, ainda que com baixa probabilidade, desviando da distribuição normal. Nesse contexto, estimadores não lineares e não viesados, mais robustos que os estimadores MQO, são recomendados para distribuições não gaussianas. Ademais, os estimadores de MQO são sensíveis à presença de outliers.

Diante dos objetivos deste estudo e considerando a desigualdade de renda no Brasil, torna-se mais adequado utilizar técnicas de estimação dos diferenciais salariais por gênero em diferentes pontos da distribuição de renda, visto que os resultados médios podem não refletir a realidade do mercado de trabalho.

Observa-se, na Figura 1, o histograma dos rendimentos dos indivíduos brasileiros em 2015, que demonstra que apenas uma parcela muito reduzida da população recebe salários elevados, enquanto a maioria está concentrada em faixas de renda mais baixas.

Figura 1 – Histograma da renda dos brasileiros em 2015



Fonte: Elaboração própria.

A análise por meio da Regressão Quantílica proporciona uma compreensão mais aprofundada dos dados, oferecendo evidências empíricas relevantes para os estudos sobre discriminação de gênero. O período considerado abrange um ano de crescimento econômico (2007), um ano de crise econômica (2015) e um ano de crise aguda decorrente da pandemia de COVID-19 (2021). Conforme aponta a literatura, as desigualdades de gênero tendem a se intensificar durante períodos de crise econômica, o que pode resultar em uma situação mais desfavorável para as mulheres ao final desses episódios.

No que tange à produção acadêmica relacionada ao método proposto, Machado e Mata (2005) realizaram uma investigação sobre as desigualdades salariais em Portugal no período de 1986 a 1995, identificando um aumento das disparidades para diferentes níveis de renda da população. Ao utilizar a Regressão Quantílica, os autores observaram que a desigualdade salarial entre homens e mulheres apresenta valores distintos daqueles estimados pela média, conforme o método dos Mínimos Quadrados Ordinários. Tal abordagem permite inferir em que medida as remunerações dos atributos individuais divergem em cada quantil da distribuição de renda, viabilizando também comparações entre os resultados das regressões. Ademais, o estudo realizou uma decomposição contrafactual, com o objetivo de separar os impactos decorrentes de mudanças no estoque de capital humano daqueles advindos da variação dos retornos aos componentes do capital humano. Os resultados indicam que tanto as variações nos atributos dos indivíduos quanto as modificações na remuneração desses atributos contribuem para a desigualdade social.

No âmbito metodológico, Chernozhukov et al. (2013) propuseram um modelo de distribuição contrafactual, relevante para a análise de políticas em economia empírica. Os autores desenvolveram ferramentas e modelagens baseadas em modelos de regressão para a construção de distribuições contrafactuais, considerando alterações (*ceteris paribus*) na distribuição de covariáveis relacionadas ao resultado de interesse ou na distribuição condicional dos resultados dadas as covariáveis. A validade da estimativa em grandes amostras está condicionada à aplicabilidade de um teorema funcional do limite e à consistência do *bootstrap* para os estimadores das distribuições das covariáveis e condicional, requisitos que se aplicam tanto aos estimadores de regressão clássica quanto aos de regressão quantílica. O estudo empírico foi realizado com dados dos Estados Unidos, visando à decomposição dos salários. Os resultados revelam que os diferenciais salariais decorrem tanto das desigualdades entre os grupos analisados quanto de componentes de desigualdade presentes dentro dos próprios grupos.

Dessa forma, a utilização da Regressão Quantílica e de métodos contrafactuais se mostra pertinente para o estudo das desigualdades salariais de gênero, permitindo uma análise mais precisa dos impactos em diferentes segmentos da distribuição de renda e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à redução das disparidades.

4.2 BASE DE DADOS

Os dados empregados neste estudo originam-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), instituída no Brasil em 1967. A partir de 1971, a PNAD passou a ser realizada de forma anual, substituindo o formato trimestral adotado anteriormente. Ressalta-se que, nos anos de realização do Censo Demográfico — especificamente em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 —, não há coleta de dados pela PNAD, conforme os critérios definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) tem como objetivo monitorar os principais indicadores relacionados à força de trabalho no Brasil, além de coletar dados socioeconômicos essenciais para a análise do desenvolvimento econômico do país. Esta pesquisa abrange todo o território nacional e possibilita a desagregação das informações por regiões metropolitanas, Unidades da Federação e macro-regiões, permitindo estudos comparativos e análises regionais.

Para a presente pesquisa, foram extraídos dados referentes às características gerais dos indivíduos, tais como idade, cor ou raça e sexo; características educacionais, como o nível de instrução mais elevado alcançado; e características relativas ao trabalho e ao rendimento, incluindo as horas habitualmente trabalhadas no emprego principal, o grupamento da atividade do trabalho principal no período de referência, o grupamento ocupacional do trabalho principal no período de referência e o rendimento mensal obtido no trabalho principal. Ademais, foi considerada a variável referente à região de residência do indivíduo. As variáveis mencionadas encontram-se detalhadas na Tabela 1, apresentada a seguir.

Tabela 4 – Variáveis utilizadas no modelo e fontes de dados

Nome da variável	Código-2007/15	Código-2021
Sexo	V0302	V2007
Etnia	V0404	V2010
Região	UF	UF
Grupo de ocupação do trabalho principal	V4810	VD4011
Posição da ocupação no trabalho principal	V4706	VD4009
Nível de instrução mais elevado alcançado	V4745	VD3004
Horas trabalhadas por semana	V4707	VD4031
Idade	V8005	V2009
Renda	V4718	VD4020

Fonte: Elaboração própria.

A variável idade é empregada como *proxy* para a experiência. Adicionalmente, utiliza-se a idade elevada ao quadrado, a fim de mitigar o problema da relação não linear entre idade e salários, considerando que os retornos da experiência são decrescentes. Ressalta-se uma limitação nos dados quanto ao viés de seleção relacionado às mulheres, conforme destacado por Bruchinsky (2001). Em razão das maiores barreiras de acesso ao mercado de trabalho enfrentadas por mulheres, apenas aquelas mais produtivas e qualificadas tendem a ingressar, o que resulta em salários observados superiores aos que seriam verificados caso a inserção ocorresse de forma equivalente à dos homens.

Na presente base de dados, foram excluídos os trabalhadores não remunerados, aqueles que atuavam para consumo próprio, bem como os indivíduos classificados como empregadores ou trabalhadores por conta própria, visto que estes não possuem salários determinados pelo mercado. Ademais, consideraram-se apenas valores positivos para a variável referente ao rendimento do trabalho principal. Foram selecionados indivíduos com idade superior a 24 anos, uma vez que, antes dessa faixa etária, os trabalhadores podem conciliar estudos com o trabalho, o que influencia o salário e impacta a comparação entre os diferentes grupos de interesse. A idade máxima considerada foi de 60 anos.

4.4 MODELO

De acordo com a literatura sobre diferenciais salariais, e fundamentando-se na teoria do capital humano, adota-se, neste estudo, a Equação Minceriana como modelo de análise. Assim, o modelo é estimado com a inclusão das variáveis educação e experiência, além de variáveis de controle, tais como ocupação, setor de atividade, tipo de vínculo empregatício, sexo, cor,

número de horas trabalhadas e região de residência do indivíduo. A Equação Minceriana pode ser representada conforme segue:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 educ + \beta_2 exp + \beta_3 exp^2 + \gamma' x + \varepsilon \quad (1)$$

Na equação (1) apresentada, a variável w corresponde ao salário; um vetor com K variáveis explicativas: $educ$ representa o nível de escolaridade, exp refere-se à experiência do indivíduo, x é um vetor de características observáveis; e o termo ε indica o erro estocástico. Trata-se de um modelo *log-linear*, no qual a variável renda encontra-se em logaritmo, enquanto as variáveis explicativas são inseridas de forma linear. Assim, o coeficiente β_i expressa o impacto de um ano adicional de estudo sobre o salário do trabalhador. A inclusão da variável experiência ao quadrado justifica-se pelo retorno decrescente à experiência.

O software utilizado para a estimação dos coeficientes foi o RStudio. Adicionalmente, o Microsoft Excel foi empregado para a organização dos resultados por variáveis e categorias. Neste trabalho, estima-se uma equação minceriana por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários. Para fins de comparação e maior aprofundamento na análise das desigualdades de gênero, também são estimadas duas equações por Regressão Quantílica, uma para o grupo dos homens e outra para o grupo das mulheres.

4.5 ESTIMAÇÃO COM REGRESSÃO QUANTÍLICA

O método de estimação empregado neste trabalho é a Regressão Quantílica, modelo desenvolvido por Koenker e Basset (1978), amplamente utilizado nos últimos anos por constituir alternativa aos modelos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Esse método contempla a análise estatística de modelos lineares e não lineares. Os estimadores de regressão quantílica apresentam maior robustez diante da ocorrência de erros que não seguem distribuição normal; sua função objetivo corresponde à soma ponderada dos desvios absolutos, tornando o vetor de coeficientes estimados menos sensível à presença de outliers na variável dependente.

Supondo que $X_i = 1, \dots, N$ seja uma sequência de linhas i de uma dada matriz e considerando $Y = 1, \dots, N$ uma amostra aleatória do processo de regressão $U_i = Y_i - X_i\beta$ com uma determinada distribuição, o β do θ – ésimo quantil da distribuição do (log) salário, com $\theta \in [0,1]$ é a solução do seguinte problema de minimização:

$$\text{Min } \sum_{i: \omega_i \geq X_i\beta} \theta |\omega_i - X_i\beta| + \sum_{i: \omega_i < X_i\beta} (1 - \theta) |\omega_i - X_i\beta| \quad (2)$$

Na equação acima:

$\theta \in [0,1]$ representa o quantil a ser estimado

ω é o (log) salário observado

$\beta(\theta)$ é o vetor de coeficientes associado ao θ -ésimo quantil

Dessa forma, quando $\theta = 1/2$ tem-se os valores médios da regressão, que já é um caso conhecido. Considerando $Q_\theta(\omega|X)$ e $0 < \theta < 1$, tem-se o θ -ésimo quantil da distribuição do (log) salário condicionado o vetor X de variáveis independentes. Os quantis dado tal vetor, podem ser modelados como:

$$Q_\theta(\omega/X) = x'\beta(\theta) \quad (3)$$

Em que x' é o vetor-coluna transposto de K covariáveis, sendo o primeiro elemento igual a 1.

5. RESULTADOS

A Tabela 4 apresenta o número de observações referentes aos grupos de homens e mulheres nos anos analisados neste estudo. Observa-se que, em 2021, há um aumento significativo no número de observações, resultado da utilização da PNAD Contínua. Para garantir a precisão dos dados e evitar contagens duplicadas, optou-se pela seleção do terceiro trimestre para compor a base deste estudo.

Tabela 5 – Número de observações de homens e mulheres em cada ano

	2007	2015	2021
Homens	37018	14132	85469
Mulheres	44055	22291	60125

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD.

A investigação dos diferenciais na distribuição de renda entre homens e mulheres foi realizada considerando três momentos distintos da economia brasileira: um ano de crescimento econômico (2007), o início de uma crise econômica (2015) e um ano marcado por uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes (2021). A escolha desses períodos proporciona uma compreensão abrangente sobre as disparidades salariais, permitindo analisar como diferentes contextos econômicos e sociais influenciam as desigualdades de renda observadas no Brasil.

Neste capítulo demonstra-se os resultados referentes aos anos de 2007, 2015 e 2021, com foco na desigualdade de renda entre homens e mulheres no Brasil. Para isso, são consideradas variáveis como raça, região, ocupação, grupo ocupacional, educação, idade e horas trabalhadas. A investigação utiliza a análise por quantis da distribuição de renda, permitindo observar as disparidades em diferentes segmentos da população. Os resultados obtidos por esse método são comparados com aqueles provenientes da regressão linear tradicional, empregando o método dos mínimos quadrados ordinários, amplamente utilizado na literatura sobre desigualdade salarial. Além das análises quantitativas, são confrontados os resultados deste estudo com os trabalhos revisados no capítulo 3. O objetivo é elucidar pontos de convergência e divergência, enriquecendo o debate sobre desigualdade de renda e suas múltiplas dimensões.

A análise adota uma abordagem interseccional, conforme sugerido por Collins (2019), integrando as variáveis estudadas para compreender de forma mais ampla os mecanismos que perpetuam as desigualdades. A discussão contempla as implicações relevantes dos resultados e destaca os desdobramentos para políticas públicas, visando subsidiar a formulação de estratégias que enfrentem as múltiplas dimensões da desigualdade de renda entre homens e mulheres no Brasil.

Além disso, para garantir uma análise robusta das regressões, foram incluídas tanto variáveis numéricas quanto categóricas. No caso das variáveis categóricas, cada uma foi subdividida em diferentes grupos ou categorias. Para viabilizar a comparação entre essas categorias, uma delas é excluída da análise e passa a ser considerada como referência (ou categoria padrão). Assim, os resultados das demais categorias são sempre interpretados em relação a essa categoria de referência, o que facilita a compreensão das diferenças entre os grupos analisados. Abaixo observa-se as tabelas 5 e 6 com o detalhamento das variáveis de 2007 e 2015 (PNAD) e 2021 (PNAD Contínua) respectivamente.

Tabela 6 – Tipos de variáveis selecionadas para 2007 e 2015

Variáveis numéricas (2007/2015)		
Intercepto		
Idade		
Horas atv domésticas		
Variáveis categóricas (2007/2015)		
	Categorias	Categoria omitida/comparativa
Raça	Negros Pardos	Brancos
Ocupação	Formal	Informal
Grupo Ocupacional	Profissionais das ciências e artes Técnicos de nível médio Administrativos Serviços Venda e comércio Trab. Agrícolas Produção de bens e serviços Outros	Profissionais dirigentes
Horas trabalhadas	Até 39 horas semanais Até 44 horas semanais	49 horas ou mais
Região	Urbano Metropolitana	Rural
Pessoa responsável pelo lar	Pessoa responsável	Não responsáveis
Educação	Ensino fundamental completo Ensino médio completo	Ensino superior completo

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD.

Tabela 7 – Tipos de variáveis selecionadas para 2021

Variáveis numéricas (2021)		
Intercepto		
Idade		
Horas trabalhadas		
Variáveis categóricas (2021)		
	Categorias	Categoria omitida/comparativa
Raça	Negros Pardos	Brancos
Ocupação	Formal	Informal
Grupo Ocupacional	Profissionais das ciências e artes Técnico de nível médio Administrativos Serviços e Comércio Trab. Agrícolas Trab. qualificados/mecânica/constr. Operadores máquinas Outros	Profissionais dirigentes
Região	Urbano Metropolitana	Rural
Pessoa responsável pelo lar	Pessoa responsável	Não responsáveis
Educação	Ensino fundamental completo Ensino médio completo	Ensino superior completo

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD contínua.

5.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR (MQO)

Na Tabela 8 apresentam-se os resultados das estimativas do modelo. O intercepto mostra-se estatisticamente significativo, já que o p-valor está consideravelmente abaixo de 0,10. Isso nos permite rejeitar a hipótese nula de não significância, indicando que as variáveis omitidas do modelo realmente exercem influência sobre a renda observada. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às demais variáveis da tabela. Os resultados revelam que, em 2007, os homens tinham uma renda, em média, 31,39% superior à das mulheres. Em 2015, essa diferença caiu para 22,98%, mas ainda persiste de forma relevante. Portanto, é possível afirmar que existem diferenciais de renda médios entre homens e mulheres tanto em 2007 quanto em 2015, embora a desigualdade tenha diminuído ao longo do período. Esse achado está em sintonia com o referencial teórico discutido no capítulo 3 e confirma tendências já observadas em estudos anteriores sobre desigualdades de renda por gênero.

Tabela 8 – Resultado Mínimos Quadrados Ordinários (2007 e 2015)

Variáveis (K)	2007		2015	
	Coefficientes*	p-valor	Coefficientes*	p-valor
Intercepto	538,5767	0,00	1.308,7436	0,00001
Homens	0,3139	0,00	0,2298	0,00000
Fundamental Comp	-0,5911	0,00	-0,4338	0,00000
Médio Comp	-0,4439	0,00	-0,3484	0,00000
Idade	0,0514	0,00	0,0160	0,00000
Idade²	-0,0005	0,00	-0,0001	0,00000
Negros	-0,1860	0,00	-0,1317	0,00018
Pardos	-0,1928	0,00	-0,1176	0,00000
Outros	0,0203	0,44	0,0128	0,00000
Formal	0,2725	0,00	0,4395	0,69999
Ciência e artes	-0,2495	0,00	-0,0960	0,00000
Técnicos	-0,2954	0,00	-0,2559	0,15066
Administrativo	-0,4147	0,00	-0,4166	0,00000
Serviços	-0,5101	0,00	-0,4922	0,00000
Venda e comércio	-0,5341	0,00	-0,4744	0,00000
Trab. Agrícolas	-0,6460	0,00	-0,5173	0,00000
Bens e serviços	-0,4998	0,00	-0,4151	0,00000
Outros	0,0032	0,92	0,3847	0,00000
Até 39h trabalhadas	-0,3514	0,00	-0,2428	0,00000
Até 44 horas Trabalhadas	-0,0303	0,00	-0,0470	0,00000
Urbano	0,1926	0,00	0,1648	0,00057
Metropolitana	0,1160	0,00	0,1012	0,00000
Horas atv domésticas	-0,0074	0,00	-0,0044	0,00000
P. responsável	0,0999	0,00	0,0919	0,00000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e β_1 = intercepto.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD de 2007 e 2015.

A variável idade, usada como uma *proxy* para a experiência na Equação Minceriana, apresenta-se estatisticamente significativa. Isso indica que, a cada ano adicional de experiência, a renda tende a aumentar, em média, 5,14% em 2007 e 3,48% em 2015. Quanto ao nível de escolaridade, os resultados também são significativos: em 2007, indivíduos com ensino fundamental completo recebiam, em média, 59,11% a menos que aqueles com ensino superior completo. Para quem tinha ensino médio completo, essa diferença era de 44,39% no mesmo ano, ainda representando um valor considerável. Já em 2015, pessoas com fundamental completo ganhavam, em média, 43,38% a menos em relação aos trabalhadores com superior completo, enquanto aqueles com ensino médio completo recebiam salários 34,84% inferiores aos dos profissionais com ensino superior. Esses dados reforçam a importância da experiência e da educação na determinação da renda.

Ao observar os dados referentes à renda dos indivíduos negros em 2007, percebe-se que, em média, eles recebiam salários 18,6% inferiores aos dos brancos. Os indivíduos pardos, por sua vez, tinham uma remuneração 19,28% menor em comparação aos brancos. Em 2015, esses diferenciais diminuíram: negros passaram a ganhar, em média, 13,17% menos que brancos, enquanto os pardos tiveram uma diferença de 11,76% a menos em relação aos brancos. Embora o cenário tenha apresentado melhora, especialmente para os pardos, ainda persistem desigualdades salariais entre os grupos raciais.

Ao analisar o tipo de ocupação, observa-se que, em 2007, trabalhadores com vínculo formal recebiam, em média, 27,25% a mais do que aqueles em empregos informais. Esse diferencial aumentou para 43,95% em 2015, o que evidencia que possuir carteira assinada está associado a rendimentos mais elevados. Além disso, ao considerar os diferentes grupos ocupacionais da amostra, nota-se que há disparidades relevantes e persistentes entre as categorias, especialmente quando comparadas ao grupo de “profissionais dirigentes” – categoria utilizada como referência (oculta) na regressão. Isso demonstra que o tipo de ocupação influencia significativamente as desigualdades de renda. O maior contraste foi encontrado entre trabalhadores agrícolas e profissionais dirigentes: em 2007, os dirigentes recebiam, em média, 64,6% a mais que os trabalhadores agrícolas, e em 2015 essa diferença permaneceu expressiva, com 51,73% a favor dos dirigentes.

Em relação à variável horas trabalhadas, verifica-se que profissionais que cumprem uma jornada semanal menor tendem a receber salários mais baixos. Por exemplo, em 2007, trabalhadores que atuavam até 39 horas por semana tinham uma renda, em média, 35,14% inferior à daqueles que trabalhavam 49 horas ou mais. Em 2015, essa diferença diminuiu para 24,28%. Já entre aqueles que trabalhavam 44 horas ou mais, os diferenciais salariais observados

não foram expressivos, indicando que, a partir desse patamar de horas, o impacto sobre a renda se reduz consideravelmente.

No que diz respeito à localização geográfica, percebe-se que trabalhadores residentes em áreas urbanas e regiões metropolitanas apresentam remuneração média superior àquela recebida por trabalhadores de áreas rurais. Em 2007, a renda dos trabalhadores urbanos era, em média, 19,26% maior do que a dos trabalhadores rurais, enquanto, nas regiões metropolitanas, o diferencial era de 11,6% a favor dos trabalhadores dessas regiões. Em 2015, essas diferenças diminuíram, mas ainda persistem: o ganho médio dos trabalhadores urbanos foi 16,48% superior ao dos rurais, e, nas regiões metropolitanas, a vantagem salarial foi de 10,12% em relação ao interior. Esses dados evidenciam que a localização continua sendo um fator relevante na determinação das desigualdades salariais no Brasil.

Ao analisar a variável referente à pessoa responsável pelo lar, verifica-se que os chefes de família costumam apresentar uma renda superior em comparação aos demais membros do domicílio. Em 2007, esse diferencial foi de 9,9% e, em 2015, de 9,19%, indicando que, independentemente do ano considerado, os chefes de família mantêm vantagem salarial em relação aos outros moradores do lar.

Tabela 9 – Resultado Mínimos Quadrados Ordinários (2021)

Variáveis (K)	2021	
	Coeficientes ($e^{\beta_i} - 1$) e $i = 2, \dots, K$.	p-valor
Intercepto	930,6306	0,00
Homens	0,3149	0,00
Fundamental Completo	-0,4610	0,00
Médio Completo	-0,3275	0,00
Negros	-0,2150	0,00
Pardos	-0,2017	0,00
Outros	-0,1186	0,00
Formal	0,4231	0,00
Ciencia e Artes	-0,0711	0,00
Técnicos	-0,3129	0,00
Administrativo	-0,4661	0,00
Serviços	-0,5094	0,00
Trab. Agrícolas	-0,5288	0,00
Mecânica e Construção	-0,4753	0,00
Operador de Máquinas	-0,4672	0,00
Outros	-0,5417	0,00
Horas Trabalhadas	0,0240	0,00
Urbano	0,1836	0,00
Metropolitana	0,0766	0,00
Pessoa Responsável	0,1013	0,00
Idade	0,0076	0,00

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD Contínua de 2021.

Conforme apresentado na tabela acima, o intercepto permanece estatisticamente significativo em 2021, já que o p-valor continua bem abaixo de 0,10. Isso permite rejeitar a hipótese nula de não significância, indicando que as variáveis omitidas seguem exercendo influência sobre a renda observada. O mesmo raciocínio quanto ao grau de significância pode ser aplicado às demais variáveis da tabela para o ano em questão.

Em 2021, o diferencial de renda entre homens e mulheres aumentou em comparação a 2007, revelando uma ampliação das desigualdades de gênero. Em relação a 2015, observa-se uma piora ainda mais expressiva, o que indica que a crise sanitária iniciada em 2020 teve um impacto negativo significativo sobre a renda das mulheres no Brasil. Esses resultados estão em consonância com o que foi discutido na literatura apresentada no capítulo 3, reforçando a relevância do tema.

Quanto ao nível de escolaridade, os resultados continuam apontando que a educação é um dos principais determinantes da renda. Indivíduos com ensino fundamental completo seguem ganhando consideravelmente menos do que aqueles com ensino superior completo, e o mesmo ocorre para quem possui apenas o ensino médio, embora as diferenças percentuais possam ter diminuído levemente em 2021. Isso demonstra que a valorização da escolaridade permanece central para a determinação dos rendimentos.

Ao analisar os dados referentes à renda dos indivíduos negros e pardos em 2021, verifica-se que os diferenciais negativos em relação aos brancos aumentaram, evidenciando o aprofundamento das desigualdades salariais entre os grupos raciais e reforçando a persistência das barreiras estruturais no mercado de trabalho. No que diz respeito ao tipo de ocupação, os trabalhadores com vínculo formal continuam apresentando vantagem significativa em relação aos informais, com um diferencial salarial ainda mais elevado em 2021. Além disso, as diferenças entre os grupos ocupacionais persistem, sendo os profissionais dirigentes os que recebem os melhores salários, enquanto trabalhadores agrícolas continuam figurando entre os mais penalizados em termos de renda, embora o diferencial percentual possa ter sofrido ligeira alteração.

No que diz respeito à jornada de trabalho, observa-se que profissionais que trabalham menos horas semanais geralmente recebem salários mais baixos. Segundo os dados da PNAD Contínua, a variável que mede as horas trabalhadas é numérica e revela que, para cada hora adicional de trabalho semanal, a renda do indivíduo tende a aumentar em cerca de 2,4%. Isso indica uma relação positiva entre o tempo dedicado ao trabalho e o rendimento obtido.

A localização geográfica continua sendo um fator importante: em 2021, trabalhadores urbanos e de regiões metropolitanas mantêm vantagem salarial em relação aos trabalhadores

rurais e do interior. Por fim, no que diz respeito ao status de pessoa responsável pelo domicílio, os chefes de família seguem apresentando uma renda superior em relação aos demais membros do lar, com o diferencial percentual permanecendo próximo ao observado em anos anteriores, o que reforça a persistência desse padrão ao longo do tempo.

Portanto, a análise dos dados de 2021 confirma que, apesar de avanços pontuais, as desigualdades de renda por gênero, raça, escolaridade, tipo de ocupação, jornada de trabalho, localização e posição no domicílio ainda são relevantes no Brasil, evidenciando a necessidade de políticas públicas interseccionais para a redução dessas disparidades.

5.1. RESULTADOS DA REGRESSÃO QUANTÍLICA POR VARIÁVEL NUMÉRICA

De acordo com os dados apresentados na Tabela 10, observa-se que o intercepto permanece estatisticamente significativo nos anos de 2007 e 2015 para todos os quantis de renda, uma vez que os p-valores estão consistentemente abaixo de 0,10. Isso possibilita rejeitar a hipótese nula de ausência de significância, sugerindo que fatores não incluídos no modelo continuam influenciando a renda observada.

Tabela 10 – Resultados das variáveis numéricas da Regressão Quantílica em 2007 e 2015

Tabela 16 - Resultados das variáveis numéricas da Regressão Quantílica em 2007 e 2015									
Ano		Mulheres				Homens			
2007	Quantil	0,25	0,5	0,75	0,99	0,25	0,5	0,75	0,99
	Intercepto	301,29	669,38	1134,07	4001,00	437,26	728,51	1190,95	3165,10
	p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Idade	0,0493	0,0378	0,0384	0,0330	0,0509	0,0475	0,0447	0,0634
	p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Atv domésticas	-0,0066	-0,0050	-0,0047	-0,0065	-0,0044	-0,0046	-0,0054	-0,0075
	p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0001
Ano		Mulheres				Homens			
2015	Quantil	0,25	0,5	0,75	0,99	0,25	0,5	0,75	0,99
	Intercepto	873,74	1717,90	2646,36	4879,41	1147,09	1666,37	2329,83	12702,57
	p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Idade	0,0073	0,0051	0,0089	0,0379	0,0139	0,0173	0,0231	0,0054
	p-valor	0,0005	0,0257	0,0003	0,0003	0,0004	0,0000	0,0000	0,6271
	Atv. domésticas	-0,0024	-0,0032	-0,0033	-0,0037	-0,0007	-0,0019	-0,0030	-0,0036
	p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0001	0,2437	0,0013	0,0000	0,0133

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e β_1 = intercepto.
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007 e 2015.

Esse mesmo critério de significância pode ser aplicado às demais variáveis analisadas na tabela para os anos citados. Por exemplo, a variável numérica idade, utilizada como indicador de experiência, também se mostrou estatisticamente relevante. Isso reforça o entendimento já presente na literatura, de que cada ano adicional de experiência contribui positivamente para o aumento da renda.

Em relação ao efeito da experiência, nota-se que, em 2007, ela proporciona um impacto positivo maior na renda dos homens pertencentes ao estrato mais elevado de renda, quando comparados às mulheres desse mesmo grupo. Por outro lado, em 2015, ano da crise econômica, o efeito positivo da experiência se destaca mais entre as mulheres.

Sobre a variável horas dedicadas a atividades domésticas, foram analisados os dados referentes aos anos de 2007 e 2015. Vale ressaltar que essa variável não está disponível na PNAD Contínua de 2021, impossibilitando o comparativo para esse ano. Além disso, segundo os resultados obtidos, o tempo dedicado às tarefas domésticas não apresentou efeito expressivo sobre a renda nos anos estudados, mesmo sendo uma variável estatisticamente significativa.

Tabela 11 – Resultados das variáveis numéricas da Regressão Quantílica em 2021

2021				
Mulheres				
Quantil	0,25	0,5	0,75	0,99
Intercepto	518,03	1034,82	1869,92	7555,04
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Idade	0,0001	0,0001	0,0001	0,0002
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Horas trab.	0,0258	0,0242	0,0234	0,0225
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Homens				
Quantil	0,25	0,5	0,75	0,99
Intercepto	1147,09	1666,37	2329,83	12702,57
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Idade	0,0001	0,0001	0,0002	0,0002
p-valor	0,0109	0,0002	0,0000	0,1222
Horas trab.	0,0259	0,0242	0,0236	0,0236
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e β_1 = intercepto.
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD contínua 2021.

Em 2021, foi realizada uma análise semelhante à de 2007 e 2015. Novamente, os resultados para o intercepto mostraram-se estatisticamente significativos, permitindo rejeitar a hipótese nula de ausência de significância. Isso indica que ainda existem fatores, não contemplados pelo modelo, que influenciam a renda observada. A variável idade, utilizada como *proxy* para experiência, embora significativa, apresenta um impacto muito pequeno na renda. Esse resultado pode indicar limitações na capacidade dessa variável de realmente captar a experiência dos indivíduos. Além disso, observa-se que outras variáveis do modelo possuem influência maior sobre a renda, reforçando a importância de sua inclusão na análise.

É importante destacar que, diferentemente dos dados de 2007 e 2015, que foram extraídos da PNAD, os dados de 2021 são provenientes da PNAD Contínua. Assim, a variável “horas

trabalhadas” passou a ser tratada como numérica, e não categórica. De acordo com o modelo utilizado, verifica-se que, para homens e mulheres, cada hora adicional trabalhada resulta em um aumento de pouco mais de 2% na renda.

5.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO QUANTÍLICA POR VARIÁVEL CATEGÓRICA

5.1.1 RAÇA

Em 2007, os dados apresentados na Tabela 12 mostram que tanto homens quanto mulheres negros e pardos recebiam salários menores do que pessoas brancas em todos os níveis de renda analisados. Essa diferença se tornava ainda maior nos estratos superiores, ou seja, entre as maiores remunerações, as penalizações relacionadas à raça permaneciam. O maior contraste foi observado entre homens pardos e homens brancos, com os brancos ganhando, em média, 34,74% a mais. Esses resultados indicam que as barreiras estruturais já estavam presentes e impactavam de forma ainda mais significativa aqueles que ocupavam posições de maior destaque salarial.

Em 2015, observa-se manutenção e, em alguns casos, até intensificação dessas desigualdades, como no caso das mulheres negras comparativamente as brancas (Tabela 12). Já no caso de homens negros e pardos, embora ainda persistente, as desigualdades reduziram comparadas aos resultados em 2007.

No cenário da crise econômica e sanitária de 2021, observa-se na Tabela 12 um aumento significativo das desigualdades raciais, especialmente entre mulheres negras e pardas. Nesses grupos, as diferenças negativas em comparação às mulheres brancas atingem até 24% no quantil 0,99, evidenciando a persistência do racismo estrutural e a interseção entre os fatores de gênero e raça. Isso demonstra que essas mulheres enfrentam uma dupla penalização no mercado de trabalho. Além disso, a desigualdade de renda entre homens negros e pardos em relação aos homens brancos também piorou em 2021, embora seja um pouco menos acentuada do que aquela registrada em 2007.

Tabela 12 – Resultados da Regressão Quantilica para variável Raça

Ano		Mulheres					
2007	Quantil	Negros	p-valor	Pardos	p-valor	Outros	p-valor
	0,25	-0,115	0,00	-0,143	0,00	0,004	0,879
	0,50	-0,129	0,00	-0,138	0,00	0,032	0,267
	0,75	-0,149	0,00	-0,143	0,00	0,049	0,381
	0,99	-0,169	0,006	-0,178	0,00	-0,076	0,120
	Homens						
	Quantil	Negros	p-valor	Pardos	p-valor	Outros	p-valor
	0,25	-0,170	0,00	-0,20719	0,00	-0,058	0,121
	0,50	-0,186	0,00	-0,21577	0,00	-0,020	0,616
	0,75	-0,214	0,00	-0,24143	0,00	-0,033	0,331
	0,99	-0,086	0,00	-0,34748	0,00	0,009	0,987
Ano		Mulheres					
2015	Quantil	Negros	p-valor	Pardos	p-valor	Outros	p-valor
	0,25	-0,0829	0,0000	-0,0726	0,0000	0,0343	0,5262
	0,5	-0,1127	0,0000	-0,1018	0,0000	0,0541	0,2838
	0,75	-0,1399	0,0000	-0,1244	0,0000	0,1030	0,1304
	0,99	-0,1939	0,0000	-0,1575	0,0000	0,0171	0,7473
	Homens						
	Quantil	Negros	p-valor	Pardos	p-valor	Outros	p-valor
	0,25	-0,1240	0,0000	-0,1246	0,0000	-0,0835	0,0491
	0,5	-0,1323	0,0000	-0,1307	0,0000	-0,0812	0,0314
	0,75	-0,1376	0,0000	-0,1258	0,0000	-0,0648	0,3742
	0,99	-0,1312	0,0010	-0,1268	0,0003	-0,2376	0,0532
Ano		Mulheres					
2021	Quantil	Negros	p-valor	Pardos	p-valor	Outros	p-valor
	0,25	-0,1650	0,0000	-0,1651	0,0000	0,0338	0,0000
	0,5	-0,1783	0,0000	-0,1788	0,0000	0,0527	0,0000
	0,75	-0,2053	0,0000	-0,1959	0,0000	0,0981	0,0000
	0,99	-0,2418	0,0000	-0,2201	0,0000	0,0170	0,0037
	Homens						
	Quantil	Negros	p-valor	Pardos	p-valor	Outros	p-valor
	0,25	-0,1534	0,0000	-0,1656	0,0000	-0,0988	0,0000
	0,5	-0,1642	0,0000	-0,1782	0,0000	-0,0969	0,0000
	0,75	-0,1965	0,0000	-0,2022	0,0000	-0,1048	0,0001
	0,99	-0,2601	0,0010	-0,2358	0,0003	-0,1163	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e $\beta_1 =$ intercepto.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007, 2015 e 2021.

De modo geral, os resultados para os três anos analisados convergem na constatação de que a desigualdade de renda por raça e gênero é persistente e se aprofunda nos estratos superiores da distribuição salarial. Esses resultados dialogam diretamente com a literatura sobre racismo estrutural no Brasil e a necessidade de políticas públicas interseccionais para enfrentamento das múltiplas dimensões de desigualdade.

5.1.2 REGIÃO

Em relação à variável região, os resultados apresentados na Tabela 13 apontam para a permanência de desigualdades salariais significativas entre as diferentes regiões do Brasil ao longo dos anos analisados.

Tabela 13 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Região

Ano		Mulheres			
2007	Quantil	Urbano	p-valor	Metropolitana	p-valor
	0,25	0,267	0,00	0,098	0,00
	0,50	0,158	0,00	0,099	0,00
	0,75	0,112	0,00	0,139	0,00
	0,99	0,105	0,302	0,271	0,00
	Homens				
	Quantil	Urbano	p-valor	Metropolitana	p-valor
	0,25	0,163	0,00	0,0629	0,00
	0,50	0,150	0,00	0,0702	0,00
	0,75	0,131	0,00	0,0854	0,00
	0,99	0,142	0,01	0,1451	0,00
Ano		Mulheres			
2015	Quantil	Urbano	p-valor	Metropolitana	p-valor
	0,25	0,1646	0,0000	0,0612	0,0000
	0,5	0,1218	0,0000	0,0888	0,0000
	0,75	0,1079	0,0000	0,1126	0,0000
	0,99	0,1223	0,2740	0,2035	0,0000
	Homens				
	Quantil	Urbano		Metropolitana	
	0,25	0,1016	0,0000	0,0201	0,0352
	0,5	0,1170	0,0000	0,0237	0,0150
	0,75	0,1174	0,0000	0,0123	0,2803
	0,99	0,1942	0,0088	0,0749	0,0164
Ano		Mulheres			
2021	Quantil	Urbano	p-valor	Metropolitana	p-valor
	0,25	0,1624	0,0000	0,0372	0,0000
	0,5	0,1247	0,0000	0,0533	0,0000
	0,75	0,1281	0,0000	0,0722	0,0000
	0,99	0,1712	0,0000	0,1801	0,0000
	Homens				
	Quantil	Urbano		Metropolitana	
	0,25	0,1558	0,0000	0,0389	0,0000
	0,5	0,1213	0,0000	0,0454	0,0000
	0,75	0,1170	0,0000	0,0687	0,0000
	0,99	0,1651	0,0000	0,1747	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e $\beta_1 =$ intercepto.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007, 2015 e 2021.

Em 2007, as regiões urbanas e metropolitanas já apresentavam diferenciais positivos de renda em relação a região rural em todos os *quartis*, sendo essa diferença mais acentuada nos estratos superiores da distribuição, o que evidencia a dificuldade de acesso das mulheres e homens dessas regiões a cargos de maior remuneração. Para os homens, embora também haja diferenças, elas são menos pronunciadas, indicando que as barreiras regionais afetam de maneira mais intensa as mulheres.

No ano de 2015, as desigualdades salariais entre as regiões se mantêm, com um leve agravamento nesse período de crise. Esse aumento é mais perceptível entre os homens que vivem em áreas urbanas, pois seus coeficientes de renda sobem nos estratos superiores da distribuição. Por outro lado, para as mulheres residentes em regiões metropolitanas, observa-se uma discreta melhora na comparação com as mulheres da zona rural, reduzindo um pouco a diferença salarial entre esses grupos.

Em 2021, os resultados reiteram que as desigualdades regionais se intensificam em períodos de crise e afetam de maneira mais severa as mulheres, especialmente nos estratos superiores da renda. Esses resultados dialogam com a literatura sobre desigualdades regionais e de gênero no Brasil, reforçando a necessidade de políticas públicas interseccionais e regionalizadas para a redução das disparidades salariais.

5.1.3 OCUPAÇÃO

Quanto à variável ocupação, os resultados demonstram que as desigualdades salariais entre trabalhadores formais (com carteira assinada) e informais permanecem marcantes (Tabela 14). Em 2007, quem possuía carteira assinada já recebia salários significativamente mais altos em todos os níveis de renda, sendo essa diferença ainda mais acentuada nos extremos da distribuição e menor nos níveis intermediários. Esse cenário evidencia as dificuldades de ascensão salarial e o baixo reconhecimento dessas ocupações, especialmente entre as mulheres, que enfrentam obstáculos adicionais relacionados ao gênero e à segmentação do mercado de trabalho, como já discutido no capítulo 3.

Tabela 14 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Ocupação

Ano		Mulheres		Homens	
	Quantil	Formal	p-valor	Formal	p-valor
2007	0,25	0,3584	0,0000	0,2160	0,0000
	0,5	0,2718	0,0000	0,2569	0,0000
	0,75	0,2667	0,0000	0,2929	0,0000
	0,99	0,6365	0,0000	0,3430	0,0000
Ano		Mulheres		Homens	
	Quantil	Formal	p-valor	Formal	p-valor
2015	0,250	0,6169	0,0000	0,3927	0,0000
	0,500	0,3050	0,0000	0,3363	0,0000
	0,750	0,2495	0,0000	0,3028	0,0000
	0,990	0,0862	0,0036	0,1173	0,0051
Ano		Mulheres		Homens	
	Quantil	Formal	p-valor	Formal	p-valor
2021	0,25	0,5809	0,0000	0,5965	0,0000
	0,5	0,3201	0,0000	0,2899	0,0000
	0,75	0,2141	0,0000	0,2645	0,0000
	0,99	-0,0484	0,0045	0,1109	0,1356

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e β_1 = intercepto.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007, 2015 e 2021.

No ano de 2015, verifica-se que as desigualdades salariais persistem e se intensificam durante o período de crise. Essa ampliação das disparidades é ainda mais evidente no primeiro *quantil* analisado, indicando que as pessoas com menor renda continuam sendo as mais afetadas pela desigualdade e enfrentam maiores dificuldades de mobilidade social. Isso revela que, em momentos de instabilidade econômica, os grupos mais vulneráveis sofrem impactos mais severos, aprofundando as barreiras para ascensão e equidade no mercado de trabalho. É importante destacar que as desigualdades salariais são ainda mais acentuadas entre as mulheres. Assim, além das diferenças observadas entre os gêneros, existem também desigualdades significativas dentro do próprio grupo feminino, evidenciando múltiplas camadas de exclusão e falta de reconhecimento das ocupações mais precarizadas, especialmente para aquelas em posições informais ou de menor valorização.

No contexto da crise econômica e sanitária de 2021, as desigualdades salariais entre as mulheres permaneceram expressivas. Contudo, observa-se uma mudança importante: no último *quantil* de renda, esse diferencial se inverte, e as mulheres do setor informal passam a receber ligeiramente mais. É importante ressaltar, porém, que essa equiparação salarial nos níveis superiores não representa uma eliminação das desigualdades, mas sim uma exceção dentro de um contexto marcado por múltiplas barreiras e exclusões, especialmente entre as mulheres em posições informais ou de menor valorização. Portanto, apesar de existirem casos em que os

rendimentos se igualam, a realidade predominante ainda é de disparidade e dificuldades de ascensão social para a maioria das trabalhadoras.

Já entre os homens, as desigualdades tornam-se ainda mais acentuadas nos estratos de menor renda, evidenciando que, durante o período da covid-19, a distância salarial entre trabalhadores formais e informais aumentou significativamente. Isso revela que, para a população masculina inserida no mercado informal, tornou-se ainda mais difícil alcançar melhores níveis de renda e ascender socialmente.

A análise da posição na ocupação evidencia que trabalhadores sem carteira assinada, especialmente as mulheres, enfrentam penalizações constantes em todos os anos avaliados. Essa situação se agrava durante períodos de crise, ressaltando a extrema vulnerabilidade dessa parcela da população, que está sujeita a maiores dificuldades de ascensão social e menor reconhecimento profissional.

5.1.4 GRUPO OCUPACIONAL

Os resultados evidenciam as desigualdades salariais entre os grupos ocupacionais ao longo dos anos são persistentes. Em 2007, por exemplo, profissionais atuando em setores como agricultura e serviços apresentavam uma renda significativamente inferior em comparação aos profissionais dirigentes, que serviram como referência na análise. Essa disparidade era ainda mais acentuada entre as mulheres, especialmente no primeiro quartil da distribuição de renda considerada neste estudo. Esses dados reforçam o caráter segmentado do mercado de trabalho brasileiro, no qual ocupações menos valorizadas permanecem majoritariamente preenchidas por pessoas em situação de vulnerabilidade. Em 2015, mesmo diante da crise econômica, essas diferenças salariais sofreram leve redução, porém continuaram expressivas, afetando sobretudo as mulheres inseridas nos setores de bens e serviços — segmentos que, de acordo com a literatura, são predominantemente ocupados por mulheres.

Tabela 15 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Grupo Ocupacional de 2007 e 2015

2007								
Mulheres					Homens			
Quantil	0,25	0,5	0,75	0,99	0,25	0,5	0,75	0,99
Ciências e artes	-0,2104	-0,2909	-0,3688	-0,4337	-0,1275	-0,1418	-0,1113	-0,3380
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Téc. de nível médio	-0,2335	-0,3259	-0,3973	-0,5335	-0,2426	-0,2580	-0,2576	-0,4556
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Administrativo	-0,3308	-0,4207	-0,4991	-0,6215	-0,3871	-0,4540	-0,4735	-0,6555
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Serviços	-0,4124	-0,5113	-0,5916	-0,7072	-0,6097	-0,7529	-0,8600	-1,1628
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Vendas/ comércio	-0,4812	-0,5154	-0,5646	-0,5837	-0,4893	-0,5203	-0,5212	-0,5496
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Trab.agrícolas	-0,6512	-0,5866	-0,6169	-0,5219	-0,6386	-0,6099	-0,6117	-0,5600
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Bens e serviços	-0,4698	-0,5278	-0,5953	-0,6913	-0,3895	-0,4436	-0,4750	-0,6175
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
outros	0,4827	0,2163	0,0760	-0,3905	0,2284	0,0569	-0,0911	-0,5483
p-valor	0,0000	0,0012	0,4357	0,0011	0,0000	0,0481	0,0019	0,0000
2015								
Mulheres					Homens			
Quantil	0,25	0,5	0,75	0,99	0,25	0,5	0,75	0,99
Ciências e artes	-0,0117	-0,1041	-0,1702	-0,2318	-0,0883	-0,0804	0,0015	-0,0732
p-valor	0,6931	0,0009	0,0000	0,0519	0,0234	0,0479	0,9819	0,6377
Téc. de nível médio	-0,2483	-0,3025	-0,3049	-0,3560	-0,2324	-0,2638	-0,2494	-0,3433
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Administrativo	-0,3760	-0,4407	-0,4684	-0,4856	-0,3722	-0,4217	-0,4347	-0,5200
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Serviços	-0,4458	-0,5128	-0,5448	-0,6070	-0,4127	-0,4737	-0,4956	-0,5938
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Vendas/ comércio	-0,4165	-0,4826	-0,5210	-0,5794	-0,4106	-0,4635	-0,5045	-0,6203
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Trab.agrícolas	-0,4597	-0,5310	-0,5313	-0,4784	-0,4686	-0,4867	-0,4938	-0,5115
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0037	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Bens e serviços	-0,4101	-0,4679	-0,5049	-0,5440	-0,3282	-0,3709	-0,3891	-0,5019
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
outros	0,7493	0,5794	0,3334	-0,2000	0,6314	0,4675	0,2878	-0,2517
p-valor	0,0037	0,0000	0,0021	0,4049	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e $\beta_1 =$ intercepto.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007 e 2015.

Tabela 16 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Grupo Ocupacional de 2021

Mulheres				
Quantil	0,25	0,50	0,75	0,99
Ciências e artes	-0,0049	-0,1097	-0,2100	-0,2620
p-valor	0,7181	0,0000	0,0000	0,0000
Téc. de nível médio	-0,2691	-0,3197	-0,3452	-0,3191
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
Administrativo	-0,4297	-0,4960	-0,5412	-0,5527
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Serviços/Comércio	-0,4744	-0,5270	-0,5500	-0,5238
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Trab.agrícolas	-0,5372	-0,5307	-0,4992	-0,0717
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,1707
Trab qualificados/mecanica/constr.	-0,3592	-0,4275	-0,4585	-0,4954
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Operadores maq	-0,3506	-0,4190	-0,4524	-0,4946
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Outros	-0,4849	-0,5551	-0,5987	-0,5749
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Homens				
Quantil	0,2500	0,5000	0,7500	0,9900
Ciências e artes	-0,0006	-0,0838	0,0015	-0,0760
p-valor	0,9626	0,0000	0,0000	0,0000
Téc. de nível médio	-0,2775	-0,3230	-0,3586	-0,3888
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Administrativo	-0,4301	-0,4868	-0,5399	-0,5868
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Serviços/Comércio	-0,4784	-0,5276	-0,5592	-0,5379
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Trab.agrícolas	-0,5409	-0,5289	-0,5155	-0,0923
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,1747
Trab qualificados/mecanica/constr.	-0,3752	-0,4335	-0,4732	-0,5414
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Operadores maq	-0,3652	-0,4271	-0,4718	-0,5180
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
outros	-0,4880	-0,5560	-0,6076	-0,5796
p-valor	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e $\beta_1 =$ intercepto.
 Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD contínua de 2021.

Em 2021, a crise econômica e sanitária tornou ainda mais evidentes as desigualdades entre os diferentes grupos ocupacionais. Mulheres que atuam nos setores de comércio e serviços continuam sendo as mais impactadas, apresentando os maiores diferenciais negativos de remuneração. Por outro lado, funções consideradas mais protegidas, como cargos de direção e

gerência, mantêm vantagens salariais superiores em relação às demais categorias analisadas. Além disso, trabalhadores do setor agrícola, tanto homens quanto mulheres, permanecem entre os mais prejudicados em termos de renda. Esses dados evidenciam a importância de implementar políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões das desigualdades e valorizem os grupos ocupacionais mais vulneráveis, com o objetivo de promover oportunidades e remunerações mais justas para todos.

Os resultados mostram que, em todas as categorias ocupacionais analisadas, os coeficientes negativos são predominantes, o que significa que as rendas médias nos diferentes *quantis* são menores quando comparadas às funções de direção e gerência. As maiores desigualdades de renda estão presentes nos setores de agricultura, serviços, produção de bens, vendas e comércio. Nesses segmentos, as mulheres tendem a ser mais afetadas do que os homens. A manutenção dessas diferenças ao longo do tempo evidencia a forte segmentação do mercado de trabalho brasileiro, limitando o acesso igualitário a melhores oportunidades e salários.

5.1.5 EDUCAÇÃO

Quanto à educação, os dados mostram que as desigualdades salariais entre diferentes níveis de escolaridade permanecem marcantes ao longo dos anos analisados (Tabela 17). Em 2007, tanto homens quanto mulheres que tinham concluído apenas o ensino fundamental já apresentavam diferenças negativas de renda expressivas em todos os estratos, se comparados aos profissionais com ensino superior completo. Isso reforça que níveis mais elevados de escolaridade estão diretamente associados a melhores rendimentos. Embora ainda persistam diferenças relevantes para quem possui ensino médio completo, nota-se que o aumento nos anos de estudo traz retornos positivos, já que esses trabalhadores apresentam uma situação salarial melhor que aqueles que possuem apenas o ensino fundamental. É importante destacar que os profissionais com ensino superior completo continuam desfrutando de uma vantagem clara nesse cenário.

Tabela 17 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Educação

Ano	Mulheres				
2007	Quantil	Fund completo	p-valor	Médio completo	p-valor
	0,25	-0,5051	0,00	-0,39712	0,00
	0,50	-0,5535	0,00	-0,45646	0,00
	0,75	-0,6116	0,00	-0,50916	0,00
	0,99	-0,6591	0,00	-0,51215	0,00
	Homens				
	Quantil	Fund completo	p-valor	Médio completo	p-valor
	0,25	-0,5590	0,00	-0,42344	0,00
	0,50	-0,6039	0,00	-0,46472	0,00
	0,75	-0,6347	0,00	-0,48866	0,00
	0,99	-0,6585	0,00	-0,49395	0,00
Ano	Mulheres				
2015	Quantil	Fund completo	p-valor	Médio completo	p-valor
	0,25	-0,2612	0,0000	-0,2232	0,0000
	0,5	-0,3613	0,0000	-0,3038	0,0000
	0,75	-0,4857	0,0000	-0,4249	0,0000
	0,99	-0,6778	0,0000	-0,5897	0,0000
	Homens				
	Quantil	Fund completo	p-valor	Médio completo	p-valor
	0,25	-0,3776	0,0000	-0,3073	0,0000
	0,5	-0,4473	0,0000	-0,3689	0,0000
	0,75	-0,5375	0,0000	-0,4382	0,0000
	0,99	-0,7031	0,0000	-0,5642	0,0000
Ano	Mulheres				
2021	Quantil	Fund completo	p-valor	Médio completo	p-valor
	0,25	-0,3403	0,0000	-0,2331	0,0000
	0,5	-0,3988	0,0000	-0,3038	0,0000
	0,75	-0,5072	0,0000	-0,4068	0,0000
	0,99	-0,6633	0,0000	-0,5258	0,0000
	Homens				
	Quantil	Fund completo	p-valor	Médio completo	p-valor
	0,25	-0,3312	0,0000	-0,2279	0,0000
	0,5	-0,3867	0,0000	-0,2968	0,0000
	0,75	-0,4903	0,0000	-0,3938	0,0000
	0,99	-0,6762	0,0000	-0,5351	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e $\beta_1 =$ intercepto.
 Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007, 2015 e 2021.

No ano de 2015, observa-se a manutenção e até aumento dessas disparidades quando observamos quantis superiores dos níveis de renda, demonstrando um agravamento nesse período de crise. De acordo com os resultados analisados, homens com apenas ensino fundamental completo pode chegar a ganhar até 70% menos do que homens com ensino

superior completo, demonstrando uma desigualdade dentro do próprio grupo. Para homens com o ensino médio completo, a diferença se atenua. No que tange as mulheres, a diferença entre mulheres com fundamental completo pode atingir até 67% em favor das mulheres com ensino superior completo, a diferença continua alta para mulheres com ensino médio completo, chegando a quase 68%.

Em 2020, a crise econômica e sanitária intensificou ainda mais as diferenças salariais entre os diversos níveis de escolaridade. Pessoas com ensino superior mantêm vantagens salariais significativas, especialmente os homens. Esses dados evidenciam que os grupos mais vulneráveis são impactados por múltiplas formas de discriminação no mercado de trabalho, seja pelo gênero ou pelo acesso limitado à educação, o que aprofunda ainda mais a desigualdade existente. Assim, embora a educação exerça um papel de proteção e elevação dos rendimentos, ela também apresenta limitações diante de barreiras estruturais, conforme aponta a literatura sobre desigualdades sociais.

5.1.6 HORAS TRABALHADAS

Em relação à carga horária de trabalho, os resultados demonstram que as desigualdades salariais são significativas entre as categorias de horas trabalhadas e persistem ao longo dos anos analisados. Em 2007, trabalhadores com jornadas reduzidas, até 39 horas semanais, já apresentavam rendimentos menores em todos os níveis de renda quando comparados àqueles que trabalham 49 horas por semana. A disparidade é ainda mais acentuada para mulheres que trabalham menos horas, em relação aos homens na mesma condição, especialmente nos estratos mais baixos da distribuição de renda. Isso sugere que as mulheres são mais prejudicadas pela redução da jornada, principalmente porque, segundo a literatura, elas enfrentam múltiplas jornadas de trabalho, incluindo tarefas domésticas e cuidados, muitas vezes sem a possibilidade de terceirizar essas atividades. Portanto, as diferenças observadas nos níveis mais baixos de renda refletem essa realidade, evidenciando como fatores sociais e de gênero impactam negativamente a remuneração feminina. No ano de 2015, as disparidades salariais permaneceram evidentes, embora tenha havido uma leve melhora tanto para homens quanto para mulheres. Esse avanço foi particularmente observado entre os trabalhadores com jornadas de até 39 horas semanais; no entanto, os diferenciais de remuneração ainda se mantiveram significativos nesse grupo.

Tabela 18 – Resultados da Regressão Quantílica para variável Horas Trabalhadas de 2007 e 2015

2007				
Mulheres				
Quantil	Até 39 horas	p-valor	Até 44 horas	p-valor
0,25	-0,421	0,00	0,024	0,001
0,50	-0,285	0,00	0,011	0,073
0,75	-0,229	0,00	-0,010	0,226
0,99	-0,241	0,00	-0,143	0,000
Homens				
Quantil	Até 39 horas	p-valor	Até 44 horas	p-valor
0,25	-0,353	0,00	-0,016	0,024
0,50	-0,285	0,00	-0,048	0,00
0,75	-0,225	0,00	-0,083	0,00
0,99	-0,220	0,00	-0,164	0,00
2015				
Mulheres				
Quantil	Até 39 horas	p-valor	Até 44 horas	p-valor
0,2500	-0,2323	0,0000	-0,0094	0,1169
0,5000	-0,1877	0,0000	-0,0204	0,0052
0,7500	-0,1365	0,0000	-0,0338	0,0002
0,9900	-0,1693	0,0000	-0,0774	0,0002
Homens				
Quantil	Até 39 horas	p-valor	Até 44 horas	p-valor
0,2500	-0,2529	0,0000	-0,0343	0,0012
0,5000	-0,1843	0,0000	-0,0435	0,0000
0,7500	-0,1666	0,0000	-0,0736	0,0000
0,9900	-0,1810	0,0000	-0,1880	0,0000

Nota: (*) Os coeficientes são as semielasticidades obtidas por $(e^{\beta_i} - 1)$, $i = 2, \dots, K$ e $\beta_1 =$ intercepto.
 Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2007 e 2015.

Os resultados deste capítulo evidenciam que, embora avanços legais tenham ocorrido, as desigualdades de renda entre homens e mulheres, atravessadas por recortes de raça, região, ocupação, educação, jornada de trabalho, não apenas persistem, mas muitas vezes se aprofundam em períodos de crise. O incremento dos coeficientes para mulheres negras e pardas em 2021 indica que choques adversos afetam desproporcionalmente grupos já vulnerabilizados, ampliando o ciclo de exclusão socioeconômica.

A perspectiva interseccional se faz central na interpretação dos resultados, pois evidencia que a penalização salarial é significativamente maior para mulheres negras e pardas se comparadas as mulheres brancas. Além disso, homens e mulheres situados na zona rural são mais vulneráveis do que os indivíduos situados na zona metropolitana e urbana, uma vez que

durante a crise, os diferenciais salariais entre essas categorias se aprofundam, com uma desigualdade maior entre as mulheres do que entre os homens.

Determinadas ocupações apresentam desvantagens persistentes, que se agravam em períodos de crise. É o caso, por exemplo, dos profissionais do setor agrícola e do segmento de serviços, este último caracterizado por uma maior participação feminina. Em contrapartida, a categoria de referência, composta por dirigentes e gerentes, mantém vantagens salariais consistentes em relação às demais ocupações, independentemente do estrato ou do ano analisado. Além disso, o tipo de vínculo empregatício, seja formal ou informal, evidenciou diferenças relevantes ao longo do tempo, com destaque para o ano de 2021, quando trabalhadores com vínculos formais continuaram a receber salários superiores em todos os níveis de renda.

A análise dos resultados reconhece o viés de seleção como uma característica metodológica inerente ao uso de dados da PNAD e à modelagem empregada. A amostra reflete apenas trabalhadores ocupados, podendo subestimar a magnitude das desigualdades ao não captar os efeitos da exclusão do mercado de trabalho, que atinge mais intensamente mulheres negras, jovens e residentes em regiões periféricas. Assim, os resultados apresentados devem ser interpretados como estimativas conservadoras das disparidades de renda, reforçando a necessidade de abordagens metodológicas complementares em pesquisas futuras, como captação de trajetórias laborais descontinuadas.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo principal analisar se as diferenças de renda entre os gêneros se intensificam em períodos de crise econômica no Brasil, considerando variáveis como raça, região, posição ocupacional, grupo ocupacional, nível de educação, idade e horas trabalhadas. Buscou-se compreender de que maneira múltiplos marcadores sociais — especialmente gênero e raça — contribuem para a ampliação das desigualdades, em consonância com o referencial teórico proposto por Collins (2019).

Os resultados obtidos indicam que as disparidades de renda entre homens e mulheres persistem e se agravam em momentos de crise econômica, com maior penalização para mulheres negras e pardas, em comparação com mulheres brancas, sobretudo nas regiões da zona rural e em ocupações de menor prestígio.

Os coeficientes para raça mostraram-se significativos ao nível de 10% para homens e mulheres negros e pardos, sendo que os diferenciais aumentam nos *quartis* superiores da distribuição de renda. Em relação à região, os coeficientes das categorias de regiões metropolitanas e urbanas também se destacam, com diferenças que chegam a aproximadamente 20% nos *quartis* mais elevados, se comparados a regiões rurais, evidenciando a centralidade do território na produção das desigualdades. Quanto à posição ocupacional, trabalhadoras informais possuem diferenciais negativos, quando comparados a trabalhadores do setor formal. O grupo ocupacional confirma que profissionais de serviços, vendas e agricultura recebem salários até 63% menores que dirigentes, especialmente entre as mulheres.

Os resultados apresentados atendem plenamente aos objetivos deste estudo, ao evidenciar que as desigualdades de renda entre homens e mulheres no Brasil são fenômenos estruturais, que se intensificam em períodos de crise econômica. Observa-se que essas desigualdades não se limitam à comparação entre gêneros, mas também se manifestam de forma significativa entre diferentes grupos de homens e de mulheres analisados. Isso demonstra que o recorte de gênero, embora central, é apenas um dos múltiplos vetores de reprodução das desigualdades sociais no país.

A análise, combinando dados quantitativos e qualitativos, reforça que fatores como raça, região, ocupação e escolaridade exercem papel fundamental na explicação das diferenças salariais observadas. Diante desse cenário, fica claro que a formulação de políticas públicas deve considerar essas múltiplas dimensões, adotando abordagens sensíveis e interseccionais para enfrentar as diversas formas de opressão e promover uma efetiva redução das desigualdades.

O diálogo com a literatura especializada, especialmente com Collins (2019), evidencia que a interseccionalidade não é um fator acessório, mas estruturante da desigualdade de renda no Brasil. Estudos nacionais e internacionais corroboram a centralidade dos marcadores sociais na ampliação das disparidades salariais (BARROS et al., 2007; BRUSCHINI, 2007; BARTALOTTI; LEME, 2007). Os resultados desta pesquisa evidenciam que gênero, raça, ocupação e região interagem de maneira articulada na geração das desigualdades, tornando imprescindível a adoção de abordagens analíticas e políticas integradas para seu enfrentamento.

Observa-se ainda que, em períodos de crise, essas desigualdades se aprofundam entre os diferentes grupos analisados. Essa dinâmica pode ser relacionada às discussões de Fontoura et al. (2010) e Gálvez e Matus (2010), mencionadas no capítulo 3, que apontam como o Estado, ao invés de garantir determinados serviços essenciais, acabou por transferi-los para a força de trabalho feminina. Ademais, em momentos de crise, as responsabilidades de cuidado e tarefas domésticas recaem majoritariamente sobre as mulheres, ampliando ainda mais as disparidades, especialmente quando se consideram também os recortes de raça e região abordados neste estudo.

Ademais, é importante ressaltar que, diante das profundas transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro, tais como o avanço das tecnologias digitais, a informalidade crescente e as mudanças legislativas, as desigualdades de gênero e raça tendem a se manifestar de formas ainda mais desafiadoras. Esses processos exigem que políticas públicas sejam dinâmicas, capazes de se adaptar rapidamente às novas configurações do trabalho e de garantir a proteção dos grupos historicamente marginalizados.

Destaca-se que a promoção da equidade de gênero e raça não é apenas uma demanda ética, mas também estratégica para o desenvolvimento sustentável do país. Investir em igualdade de oportunidades fomenta a inovação, amplia o potencial produtivo nacional e contribui para a construção de uma sociedade mais justa. Assim, a efetividade das políticas públicas dependerá de sua capacidade de transversalizar a interseccionalidade e de garantir espaços de participação social ampla na formulação, monitoramento e avaliação das ações implementadas.

É válido ressaltar que, em contraposição à ideia de que uma renda maior é resultado exclusivo do mérito individual, os dados e análises apresentados ao longo deste trabalho evidenciam que fatores estruturais e contextuais exercem influência determinante sobre as oportunidades e resultados alcançados pelos indivíduos. Elementos como gênero, raça, região de residência, escolaridade e tipo de ocupação condicionam o acesso ao mercado de trabalho, à permanência em posições valorizadas e à progressão salarial, muitas vezes limitando o

reconhecimento do mérito e restringindo a mobilidade social. Dessa forma, atribuir diferenças de renda apenas ao esforço ou competência individual desconsidera o papel das desigualdades históricas e sociais que moldam as trajetórias profissionais e reforçam barreiras para determinados grupos sociais.

Além disso, a própria noção de mérito está profundamente atrelada às oportunidades desiguais de formação, redes de contato e acesso a recursos, que não são distribuídos de forma equitativa entre a população. Assim, políticas públicas sensíveis às diferentes dimensões da desigualdade são essenciais para garantir que o mérito possa ser, de fato, um critério justo de recompensa, e não um mecanismo de perpetuação das desigualdades estruturais.

Os resultados desta dissertação apontam para a urgência de políticas públicas interseccionais e focalizadas, que reconheçam as múltiplas dimensões da desigualdade. Recomenda-se:

- Fortalecimento da fiscalização e valorização do trabalho doméstico, especialmente para mulheres negras e pardas;
- Incentivo à escolarização e permanência de meninas e jovens negras no sistema educacional, com políticas de cotas e apoio financeiro;
- Ampliação de políticas de transferência de renda e proteção ao emprego formal em períodos de crise, com atenção especial a regiões da zona rural;
- Promoção de ações afirmativas no setor público e privado, visando reduzir os diferenciais salariais e ampliar a representatividade em cargos de chefia;
- Adoção de indicadores de monitoramento interseccionais, permitindo a avaliação contínua do impacto das políticas implementadas.

Entre as principais limitações deste estudo destacam-se questões metodológicas e de base de dados. O uso da Equação Minceriana impossibilita a mensuração direta da habilidade individual, fator que pode influenciar tanto salários quanto escolaridade. Além disso, a autodeclaração do grau de escolaridade pode apresentar inconsistências. O viés de seleção, inerente à utilização dos dados da PNAD, restringe a amostra aos trabalhadores ocupados, podendo subestimar as desigualdades ao não captar os efeitos da exclusão do mercado de trabalho, especialmente entre mulheres negras, jovens e residentes em regiões periféricas. As diferenças metodológicas entre as edições da PNAD dificultam a comparabilidade de algumas variáveis ao longo do tempo. Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das trajetórias laborais descontínuas, incorporando informações sobre trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Recomenda-se também o desenvolvimento de metodologias que

permitam captar habilidades não observáveis e ampliar o diálogo entre os marcadores sociais de desigualdade.

Em síntese, esta dissertação contribui para o debate acadêmico e político sobre desigualdade de renda, evidenciando a centralidade da abordagem interseccional e a necessidade de políticas públicas integradas e focalizadas. Os resultados reforçam o papel da discriminação estrutural na persistência dos diferenciais salariais e apontam para a urgência de ações que promovam a igualdade como previsto na Constituição, especialmente em contextos de crise econômica.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de Carvalho; FRANCO, Samuel. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In:
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (org.) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 2 ed., Ipea, 2007. p. 41 - 86.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Roseane Silva Pinto de. **Os determinantes da desigualdade no Brasil** (Texto para Discussão nº. 377). Rio de Janeiro: Ipea, 1995.
Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3490>.
Acesso em: 15 out. 2022.
- BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. **A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil**. 2020.
- BARTALOTTI, O.; LEME, M. C. S. Discriminação salarial por cor e gênero revisitada: uma abordagem de decomposição contrafactual utilizando regressões quantílicas. **Mimeo**, 2007.
Disponível em: <<http://www.eesp.fgv.br/pessoas/alunos/mestrado-doutorado/A/1/36/>>.
Acesso em: 15 out. 2022.
- BIRCH, E; PRESTON, A. The Australian labour market in 2019. **Journal of Industrial Relations**, mar., 2020.
- BOTELLO, H. A.; ALBA, A. L. El efecto de la maternidad sobre los salarios femeninos en Latinoamérica. **Semestre Económico**, v. 17, n. 36, p. 13 - 38, jul./dec., 2014. Disponível em:
< <https://repository.udem.edu.co/handle/11407/1984>>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: trajetória de um tema perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 17, 1994. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16287/14828>>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BUNDIG; M. J.; ENGLAND, P. The wage penalty for motherhood. **American Sociological Review**, v. 66, n. 2, p. 204-225, 2001. Disponível em: <
https://inequality.stanford.edu/sites/default/files/media/_media/pdf/Reference%20Media/Budi_g_2001_Lifecourse.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.
- CAVALIERI, Claudia Helena; FERNANDES, Reynaldo. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 18, p. 162-180, 2022. Disponível em <

<https://www.scielo.br/j/rep/a/NTL5MsY45YTYqCHFPpc9rgP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 18 dez. 2022

CHERNOZHUKOV, Victor; FERNÁNDEZ-VAL, Iván; MELLY, Blaise. Inference on counterfactual distributions. **Econometrica**, v. 81, n. 6, p. 2205-2268, 2013.

COELHO, Danilo; VESZTEG, Róbert; SOARES, Fabio Veras. **Regressão quantílica com correção para a seletividade amostral**: estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil (Texto para Discussão), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1483.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

DEVINE, B.; FOLEY, N. Women and the *economy*. **House of commons library briefing paper**, n. 4, MAR., 2020. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/researchbriefings/sn06838/>. Acesso em: 15 out. 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 15 out. 2022.

FONTOURA, N. *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.11-46, jun. 2010.

GÁLVEZ, L.M; MATUS, M.L. Impacto de la ley de Igualdad y la conciliación de la vida laboral, familiar y personal de las empresas andaluzas. **Fundación de Estudios Sindicales**, Archivo Histórico CCOO, 2010. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/288830232_Impacto_de_la_Ley_de_Igualdad_y_conciliacion_de_la_vida_laboral_familiar_y_personal_en_las_empresas_andaluzas>. Acesso em: 15 out. 2022.

GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v. 9, n. 3, p. 369-384, 2005. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/885>>. 17. Acesso em: 15 out. 2022.

GRIMSHAW, D.; RUBERY, J. The motherhood pay gap: A review of the issues, theory and international evidence. **International labour office. Conditions of work and 20 employment series**, n.57. Inclusive labour markets, labour relations and working conditions branch. Geneva, 2015. Disponível em:< http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/wcms_348041.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

GUZMÁN, Virginia; TODARO, Rosalba. Apuntes sobre género en la economía global. **Gender in the global economy**), **El género en la economía**, Ediciones de la mujeres, v. 33, 2001.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 18 dez. 2022

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima; GIAMBIAGI, Fabio. **Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023**. 2018. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14760>>. Acesso em 18. Dez. 2022

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova economia**, v. 14, n. 2, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Revista Econômica**, n. 8, v.1, 2006.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios- 4º trimestre 2020**. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_4tri.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

KOENKER, Roger; BASSETT JR, Gilbert. Regression quantiles. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 33-50, 1978. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/1913643>>. Acesso em 18 dez. 2022.

KOMATSU, Bruno Kawaoka. **Salário mínimo, desigualdade e informalidade**. 2013 Dissertação (Mestrado em). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-26032014-194017/en.php>>. Acesso em 18 dez 2022

KON, Anita. Mercado de trabalho, assimetrias de gênero e políticas públicas: considerações teóricas. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Edição**, n. 02, p. 33-58, 2013.

KON, Anita. A divisão do trabalho no Brasil segundo gênero: repercussões sobre o desenvolvimento econômico. **Relatório de Pesquisas CNPq**, 2007.

KREIN, José D.; BORSARI, Pietro. Coronacrise: a pandemia, a economia e a vida. **Instituto de Economia UNICAMP**, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/covid19>. Acesso em: 15 out. 2022.

KUHN, Stefan; MILASI, Santo; YOON, Sheena. World employment social outlook: Trends 2018. **Geneva: ILO**, 2018. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619577.pdf

MATTEI, Lauro. Os efeitos da crise econômica de 2015-2017 sobre o mercado de trabalho brasileiro. **O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros**, p. 113, 2018. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Terra-2/publication/326493434_Dossie_V_da_AKB_-_O_Brasil_pos-recessao_das_origens_da_crise_as_perspectivas_e_desafios_futuros/links/5b50e1f0aca27217ffa66801/Dossie-V-da-AKB-O-Brasil-pos-recessao-das-origens-da-crise-as-perspectivas-e-desafios-futuros.pdf#page=113>. Acesso em 18 dez. 2022

MACHADO, José A.F; MATA, José. Counterfactual decomposition of changes in wage distributions using quantile regression. **Journal of applied Econometrics**, v. 20, n. 4, p. 445-465, 2005. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/jae.788>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MEURS, Dominique; PAILHÉ, Ariane; PONTHEUX, Sophie. Child-related career interruptions and the gender wage gap in France. **Annals of Economics and Statistics/Annales d'Économie et de Statistique**, p. 15-46, 2010. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/41219158>>. Acesso em 18 dez. 2022

MINCER, Jacob. Schooling, Experience, and Earnings. **Human Behavior & Social Institutions**, n. 2, 1974. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/41219158>>. Acesso em 18 dez. 2022

MUÑOZ, L.G. La brecha de género en la crisis económica. **Revista USTEA**, 2012. Disponível em <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30993717/CiP-I7Galvez_Rodriguez-libre.pdf?1392187675=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLa_desigualdad_de_genero_en_las_crisis_e.pdf&Expires=1671404485&Signature=Ks3zLBrCQaHDv8tYgp6uDhfl-ef0RiaA1drHQ8DSF6RTbr~bkbCoc49VuthuMgJc91liWWKQfQcmv5CUGuwhVD9UOQF3BihF68Woyh6sEJPdqNpInW7h5ZT6W3bGZ2KUuwcDwuXLyJb4nTM8Pfiwk0iaMI1aW2Vs86T06AeIfhb7m5lgwfBWP4WKN24JsxDAXRpHM~ACGUNwP-QIS8VVn9DN6avV6lZipeObhFAJC~f5idzQBAZB~kqH0yQMMYpEDjqtXIXLFurVAQWbEu8YuibnHgqoBq2j~N6a9zbZCwf1jD4veYxKe23MrFIYOTCETJVeYW4K8CL7m30Dn~Hg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 18 dez.2022

MUÑOZ, L.G; MADROÑO, P.R. La desigualdad de género en las crisis económicas. **Investigaciones Feministas**, 2011, v. 2, 113-132. Disponível em: <<http://www.inmujer.gob.es/publicacioneselectronicas/documentacion/Revistas/ANALITICA/S/DEA0221.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

NERI, Marcelo. **Equação de salários Minceriana**. Fundação Getulio Varga, 2015. Disponível em <cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2011/pdf/BES_EquacaoMinceriana.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

NERI, Marcelo. **A Escalada da Desigualdade**: Qual foi da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza? FGV Social, 1999. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

OIT. **Global Employment Trends 2012**. Organización Internacional del Trabajo, Ginebra, 2012. Disponível em <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_171679.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Sustainable Development Goals**. Disponível em: https://unfoundation.org/what-we-do/issues/sustainable-development-goals/?gclid=CjwKCAjwieuGBhAsEiwA1Ly_nbffeaMswIrJ6a-Q8uD34G-P7h9v0oMjHzbKpffxS5noCYjEzkum2BoCXZMQAvD_BwE. Acesso em: 15 out. 2022.

OCDE. **Woman at the core of the fight against covid 19 crisis**. 2020. Disponível em: <<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/women-at-the-core-of-the-fight-against-covid-19-crisis-553a8269/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

OREIRO, José Luís. Poupança externa e performance macroeconômica: uma análise a partir de um modelo dinâmico não-linear de acumulação de capital e endividamento externo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, p. 186-202, 2020.

PECK, E. The economic devastation of COVID-19 is hitting women particularly hard. **Institute for Women's Policy Research**, n. 10, abr. 2020. Disponível em: <https://iwpr.org/the-economic-devastation-of-COVID-19-is-hitting-women-particularly-hard/> (accessed 19 April 2020).

PAULANI, Leda. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, p. 135-155, jan./jun., 2017. Disponível em: http://itcpunb.org/wp-content/uploads/2020/06/repositorio-LEDA_PAULANI_NEODESENV.ERA-LULA.pdf. Acesso em 18 dez. 2022.

PÉRIVIER, Hélène. Men and women during the economic crisis. **Revue de l'OFCE**, n. 2, p. 41-84, 2014. Disponível em < <https://www.cairn.info/revue-de-l-ofce-2014-2-page-41.htm> >. Acesso em 18 dez. 2022

PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,9% e taxa de subutilização é de 28,7% no trimestre encerrado em dezembro. **Agência IBGE Notícias**. 26/02/2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30125-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-7-no-trimestre-encerrado-em-dezembro>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, Santa Catarina, p. 1 - 8, 2003. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wpcontent/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

RIDGEWAY, Cecilia L.; SMITH-LOVIN, Lynn. The gender system and interaction. **Annual review of sociology**, v. 25, n. 1, p. 191-216, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234838513_The_Gender_System_and_Interaction. Acesso em: 15 out. 2022.

SAHIN, Aysegul; SONG, Joseph; HOBIJN, Bart. The unemployment gender gap during the 2007 recession. **Current Issues in Economics and Finance**, v. 16, n. 2, 2010. Disponível em < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1582525 >. Acesso em 18 dez. 2022.

SANTOS, Renato Vale; RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado**: explorando o “teto de vidro”. Centro Universitário Newton Paiva/MG e PPGE/UFRGS, 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/71508628-Diferenciais-de-rendimentos-entre-homens-e-mulheres-no-brasil-revisitado-explorando-o-teto-de-vidro.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SOARES, Sergei, *et al.* Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. **Bolsa família 2003 – 2010: avanços e desafios**, v. 2, p. 27-52, jan.

2010. Disponível em <
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia2003-2010_vol2.pdf#page=25> . Acesso em 18 dez. 2022

SOUZA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000200123&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

STIGLITZ, Joseph E. Más instrumentos y metas más amplias para el desarrollo. Hacia el consenso post-Washington. **Desarrollo económico**, p. 691-722, 1998. Disponível em <
<https://www.jstor.org/stable/3467160>>. Acesso em 18 dez. 2022

TEIXEIRA, Marilane Oliveira *et al.* **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013.** 2017.

TODARO, Rosalba. Aspectos de género de la globalización y la pobreza. **United Nations Inter-Agency Network on Women and Gender Equality, Women Watch**, 2000.

UN (United Nations). Put women and girls at centre of COVID-19 recovery: UN Secretary-General, **UN News**, abr., 2020. Disponível em:
<https://news.un.org/en/story/2020/04/1061452>._Acesso em: 15 out. 2022.

VASQUEZ, Luciana Bernardes *et al.* **Participação no mercado de trabalho e nível socioeconômico da população no período 2004-2013.** 2016. Disponível em <
<http://www.abep.org.br/xxencontro/files/paper/1226-1094.pdf>> Acesso em 18 dez.2022.

VAN BARNEVELD, Kristin, *et al.* The COVID-19 pandemic: Lessons on building more equal and sustainable societies. **The Economic and Labour Relations Review**, n. 31-2, p. 133-157, 2020. Disponível em :
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1035304620927107>>. Acesso em 18 dez. 2022

WENHAM, C.; SMITH, J.; MORGAN, R. COVID-19: the gendered impacts of the outbreak. **Lancet**, n. 395(10227): p. 846 – 847, 2020.Disponível em <
[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30526-2/fulltext?by=title&c=5243&elqTrackId=aa3c39d6dbf34219a000c843ac9bf001&elqaid=~~elqua..type--emailfield..syntax--elqassetid..encodeFor--url~~&elqat=~~eloqua..type--emailfield..syntax--elqassettype..encodeFor--url~~&p=Thomas%20Klueter&prog_id=0](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30526-2/fulltext?by=title&c=5243&elqTrackId=aa3c39d6dbf34219a000c843ac9bf001&elqaid=~~elqua..type--emailfield..syntax--elqassetid..encodeFor--url~~&elqat=~~eloqua..type--emailfield..syntax--elqassettype..encodeFor--url~~&p=Thomas%20Klueter&prog_id=0)>.
 Acesso em 18 dez. 2022

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introductory econometrics: a modern approach*. 7. ed. Boston: Cengage Learning, 2020.